

# COIMBRA

## Praça Velha

Chama da Solidariedade  
Chegada (18h30)

IPSS promotoras de Saúde  
Encontro Nacional (09h/18h)  
Conservatório de música de Coimbra

# FESTA da SOLIDARIEDADE

30 de Setembro 2016 (16h/21h)



MONTEMOR-O-VELHO  
Novo projeto  
é inovador na área  
das demências



COIMBRA  
Construção da ERPI  
arranca dentro  
de meio ano



LOURES  
Futuro passa por  
novas instalações  
para o pré-escolar

10º ANIVERSÁRIO DA CONFRATERNIZAÇÃO DA CNIS

## Presidente da República também presta homenagem à Solidariedade

GOVERNO RECONHECE FALTA DE INFORMAÇÃO

# Refugiados vão receber kit sobre Portugal

# Governança integrada dos “problemas sociais complexos”

Trata-se de um tema relativamente recente em Portugal, tendo sido já organizadas algumas conferências em Lisboa (15 e 16 de Outubro 2015 – conferência internacional) e no Porto no passado dia 14 de Julho.

A investigação recente (Inst. Pe António Vieira) que tem sido feita sobre o tema, tem evidenciado que os problemas sociais complexos são difíceis de definir com rigor, devido à sua interdependência, multi-casualidade, atravessarem fronteiras, são socialmente complexos, não tem solução clara e as soluções tentadas tem falhado muitas vezes e até gerado novos problemas.

Os problemas sociais complexos são um desafio persistente, apesar do desenvolvimento de novas respostas sociais, quer por parte do Estado, quer da sociedade civil (certamente das IPSS) tais como: Pobreza, Desemprego, Desemprego jovem, Exclusão social, maus tratos a crianças e jovens, isolamento de idosos, pessoas com deficiência, migrações e noutra esfera a segurança nacional, as alterações climáticas, a gestão das cidades, são exemplos evidentes.

A questão que se coloca: Como fazer funcionar um modelo de governança integrada?

Certamente não é com o modelo de respostas burocrático tradicional (o paradigma actual), funcionando em ‘silos’, cada um por si, com fronteiras bem definidas, divisão rígida do trabalho, modelo hierárquico de autoridade, hegemonia de rotinas, não valorizando os resultados. Como sabemos, este modelo é um obstáculo à integração, coordenação e cooperação.

Entretanto, foi sendo desenvolvido o conceito de ‘sociedade em rede’ potenciando o processo da chamada ‘governança em rede’, que efectivamente proporciona possibilidades de inovação, cooperação, rapidez e descentralização.

O conceito de ‘governança integrada’ (GovInt) aparece recentemente, nos princípios deste século, com origem nos países anglo-saxónicos e é definida como **“uma estratégia política que procura coordenar o desenvolvimento e a implementação de políticas, transversalmente a departamentos e agências, especialmente para abordar problemas sociais complexos como exclusão e pobreza, de forma integrada”** É uma estratégia que procura juntar não só os departamentos governamentais, mas também um conjunto de instituições privadas e de voluntariado, trabalhando transversalmente, tendo em vista um objectivo comum” (Bogdanor, 2005).

É evidente que uma estrutura de GovInt não se pode criar por decreto, dado o resultado poder conduzir a frustração completa, pois leva a um desajustamento total entre o que se pretende e uma cultura organizacional burocrática, que está enraizada em todos nós. Torna-se necessário ‘trabalhar’ uma nova ‘cultura organizacional’ com novos métodos e novas competências, sendo necessário um novo ‘mindset’ que não bloqueie, mas sim promova o conceito de GovInt. Este modelo, organiza-se em torno de temas, territórios, públicos-alvo ou serviços integrados,

sendo aconselhado um estudo adequado para justificar a sua necessidade e prioridade.

Neste modelo, as pessoas fazem a diferença, com um perfil exigente, sobretudo em competências transversais, que gerem confiança e reforcem os laços entre os parceiros, e baseia-se numa prática de colaboração/cooperação, sendo um ‘processo colaborativo’ exige que um parceiro se adapte à realidade do outro, repartindo poder e protagonismo exigindo que se evidencie os ganhos decorrentes da dinâmica da colaboração. A palavra chave é, como sabemos, ‘confiança’ e lideranças inspiradoras e mobilizadoras, reque-rendo estratégias, estrutura, processos específicos e ‘cultura organizacional’ em torno do conceito de ‘modelo colaborativo’

Certamente, as IPSS, pela sua natureza, missão e objectivos serão chamadas mais tarde ou mais cedo, a integrarem este tipo de ‘governança integrada’.

Parece-me ser importante que a CNIS comece a desenvolver este conceito junto das IPSS, aproveitando a oportunidade proporcionada pelo Programa Portugal 2020, que vem exactamente assentar no desenvolvimento de parcerias

*Nota: Para mais informação sobre o tema, visite o site <http://www.forumgovernacaointegrada.pt>*

**JOSÉ LEIRIÃO**

*CNIS/jleiriao@zonmail.pt*

## VOLUNTARIADO

# CPV abre candidaturas para Troféu Português

Encontram-se abertas, até dia 15 de Outubro, as candidaturas para a 8.ª edição do Troféu Português do Voluntariado. As candidaturas podem ser apresentadas por organizações de voluntariado ou promotoras de voluntariado – públicas ou privadas, legalmente constituídas.

As candidaturas devem ser efetuadas exclusivamente através do formulário digital disponibilizado para o efeito, respeitando o Regulamento do Troféu.

O Troféu Português do Voluntariado é atribuído anualmente pela CPV e tem como finalidades homenagear o trabalho dos voluntários e incentivar a prática do voluntariado.

Entre os objetivos do Troféu Português do Voluntariado destacam-se:

- Promover o voluntariado como exercício de cidadania ativa e envolvimento consistente de

todos para o bem comum;

- Valorizar o voluntariado que contribua para a melhoria das condições de vida de pessoas e comunidades, particularmente as que estejam em situação ou risco de exclusão;

- Incentivar a defesa do ambiente e dos animais;

- Divulgar boas práticas de voluntariado para potenciar a sua replicação e/ou a realização de novos projetos de voluntariado.

O Troféu a atribuir ao(s) vencedor(es) consistirá numa peça de cristal, acompanhado de um certificado emitido no nome do(s) vencedor(s). A organização proponente receberá também um certificado, mencionando o nome do projeto associado ao(s) vencedor(es).

Mais informações em <http://www.convoluntariado.pt/>

**TROFÉU PORTUGUÊS DO  
VOLUNTARIADO**  
8.ª edição | 2016



**DESTINATARIOS**  
• ORGANIZAÇÕES DE VOLUNTARIADO OU PROMOTORAS DE VOLUNTARIADO, COM PROJETOS NAS SEGUINTEs ÁREAS:  
Ação Cívica e Comunitária | Ação Social | Ciência e Cultura | Cooperação para o Desenvolvimento | Defesa do Consumidor | Defesa do Património e do Ambiente | Proteção animal | Desenvolvimento da Vida Associativa e da Economia Social e Solidária | Direitos Humanos | Educação | Emprego e Formação Profissional | Proteção Civil | Integração Social | Saúde.

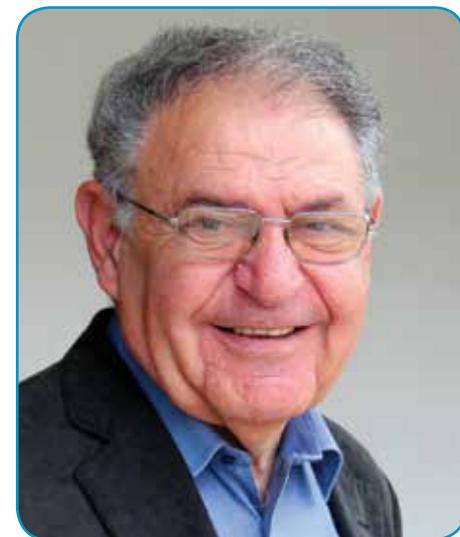
**CANDIDATURAS**  
- Até 15.10.2016

**MAIS INFORMAÇÕES:**  
[www.zonvoluntariado.pt](http://www.zonvoluntariado.pt) ou [geral@convoluntariado.pt](mailto:geral@convoluntariado.pt)



CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DO VOLUNTARIADO

**Padre Lino Maia**  
Presidente da CNIS



# Combate ao desperdício alimentar

**1.** Por proposta de “Os Verdes”, votada em Plenário da Assembleia da República em 3 de junho de 2015, e com a intenção de promover uma gestão eficiente dos alimentos, 2016 é o “ano nacional de combate ao desperdício alimentar”.

No total eram 15 as recomendações ao Governo avançadas pelos deputados para promover o combate ao desperdício alimentar, a larga maioria de carácter generalista. Entre elas, salientavam-se quatro: a) compatibilização dos objetivos e das medidas de redução do desperdício de alimentos com a segurança alimentar e a satisfação plena das necessidades alimentares da população, com particular urgência em relação a crianças e jovens, tendo em conta o relatório do INE sobre a pobreza, as desigualdades e a privação material em Portugal; b) desenvolvimento de uma campanha de sensibilização de agentes económicos e de consumidores para o problema do desperdício alimentar; c) incentivo à compra de bens alimentares em mercados de proximidade, nomeadamente no que respeita a produtos perecíveis; d) fixação de uma percentagem significativa de utilização de produtos alimentares locais, por parte das instituições públicas, designadamente para abastecimento de cantinas públicas (em estabelecimentos de ensino, hospitais, estabelecimentos prisionais, etc.).

**2.** A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) estima que o desperdício alimentar nos países industrializados ascende a 1,3 mil milhões de toneladas. Um terço dos alimentos produzidos “desaparece” ou vai para o lixo! Na Europa, o desperdício de produtos hortofrutícolas próprios para consumo ronda os 30%. Atiram-se todos os dias para o lixo produtos ainda em bom estado de conservação só porque ultrapassam a data de consumo preferencial. Alimentos que poderiam ter sido consumidos (ou ter outra utilização) estão a ser desperdiçados. Talvez, também, porque muitas vezes, a pretexto da segurança alimentar que urge garantir, a legislação rende-se a uma espiral de exigências sucessivas que quase ninguém sabe a quem interessam mas que, parecendo preferenciar o aspeto do que se produz

sobre o humano a quem se destinam, muito provavelmente servirão alguns interesses. E entre os interesses poderá estar, também, a probabilidade de se poder ganhar mais no circuito comercial com a destruição daquilo que ainda pode ser útil mas já não pode ser comercializado do que com a sua distribuição por quem precisa mas não paga...

É ignorada a degradação de muitos humanos a quem não chega aquilo que foi produzido para os humanos e que seria essencial para uma vida humana com dignidade.

Na Europa cerca de 122 milhões de cidadãos enfrentam o risco de pobreza, e em Portugal, sensivelmente 300 mil pessoas passam fome. Isto quando se desperdiçam anualmente milhões de toneladas de alimentos e quando há milhares de toneladas de produtos alimentares que todos os dias são deixados a apodrecer no campo por falta de mercado ou deitados para o lixo por ficarem fora de prazo.

É necessário acabar com este desperdício irracional com consequências trágicas a nível ambiental e social.

Trata-se de um problema de consequências graves no âmbito ético-social e não menos graves no âmbito ambiental e económico – a produção destes alimentos envolve gastos em terrenos, em energia, em água e em

recursos humanos sem beneficiar os humanos por quem e para quem foram produzidos.

**3.** O Partido “Os Verdes” fez a proposta. O Parlamento aprovou. E o Governo recebeu uma série de recomendações. O ano em curso deveria ser de “combate ao desperdício alimentar”...

Aqui como em muitas outras situações, são as comunidades, são as suas organizações não governamentais e, sobretudo, são as suas instituições particulares de solidariedade social, com todo o seu dinamismo, inovação e voluntariado, a agarrar as “causas nacionais”. O que se está a fazer de combate ao desperdício alimentar a estes se deve.

E, reconheça-se, em abono da verdade, apesar de nem sempre serem reconhecidos e por vezes serem maltratados, porque já o vinham fazendo e não se deixam desmobilizar, nem sequer precisaram da proposta de “Os Verdes” e da decisão do Parlamento para combater tanto o desperdício alimentar como outros desperdícios, enquanto eles ainda são considerados bens que podem ser colocados ao serviço do maior número possível de pessoas.

É chegada a hora de o Parlamento também o reconhecer.





## REFUGIADOS

# Governo reconhece falta de informação sobre Portugal

O Governo quer aumentar o conhecimento sobre Portugal junto dos refugiados, e sobre estes antes de os receber, estando a preparar num 'kit' informativo que será lançado em Guimarães, previsivelmente no dia 23.

O ministro-adjunto do primeiro-ministro, Eduardo Cabrita, que tutela as migrações, reconheceu em entrevista à Lusa que falta informação de parte a parte. “De março para cá, estamos a melhorar bastante no acesso à informação sobre quem chega. Isso permite-nos colocá-los de forma mais adequada”, frisou, acrescentando que também é preciso “saber com a maior antecipação possível as características” dos refugiados acolhidos.

Desde junho, está a ser distribuído um manual de acolhimento em árabe e inglês com o objetivo de “aumentar a informação, não só sobre Portugal, mas sobre os direitos que têm, não só os que estão ligados ao estatuto de refugiado, mas os que têm a ver com o dia a dia, direito à habitação, à saúde, à escola, a aprender português”, detalhou o ministro.

Eduardo Cabrita reconhece as “dificuldades” em lidar com “um fenómeno novo”, mas valoriza “dois fatores” do “capital de Portugal”: o consenso político em torno do problema e o envolvimento das várias estruturas sociais, que devem, porém, ser coordenadas e supervisionadas pelo Estado.

“Temos o privilégio de ser dos poucos países da Europa em que não temos, no Parlamento, nenhum partido político que use como instrumento de debate político ser contra receber refugiados”, assinalou.

“Aquilo que temos é de criar condições para que as pessoas, no futuro, se integrem”, disse. Para tal, é fundamental “melhorar a capacidade e a qualidade de aprendizagem do português”, que deve ser “a prioridade de uma estratégia de língua do Ministério da Educação”, sustentou.

O ministro ressaltou que os movimentos em massa de refugiados são “coisas muito frescas”, lembrando que só agora pode dizer-se que há um “fluxo relativamente regular” para Portugal.

“Em março, estávamos a falar de pouco mais de uma centena de refugiados. 80 por cento dos que chegaram, chegaram nos últimos três meses”, disse.

Os refugiados em Portugal já rondam os 700, quer ao abrigo dos programas de reinstalação das Nações Unidas, quer, sobretudo, no quadro dos programas de recolocação da União Europeia.

Destacando que o primeiro acolhimento tem sido “exemplar”, Eduardo Cabrita admitiu alterar o esquema de receção descentralizada de refugiados. “Temos de equilibrar e, provavelmente (...), não iremos continuar a multiplicar esta diversificação”, antecipou.

A dispersão – atualmente há refugiados em 66 municípios do país – “cria dificuldades no apoio e

no enquadramento”, reconheceu.

A decisão de não concentrar os refugiados em determinados locais “cria dificuldades”, mas o ministro sublinhou que a ideia foi não criar guetos. “Em Portugal, não haverá campos de refugiados”, garantiu, acreditando que os espaços mais pequenos permitem um “acompanhamento de proximidade”, que favorece a integração de famílias.

É esse o caso de Penela, sobre o qual o ministro garantiu que “não é pelo facto de o projeto acabar que não será mantido um acompanhamento específico.”

Eduardo Cabrita adiantou que o Estado “tem de estar atento” e que “o Instituto de Emprego e Formação Profissional terá futuramente um papel mais ativo” na preparação dos refugiados para a vida ativa.

Apesar das falhas, o ministro rejeitou os argumentos de quem classifica a atual política como assistencialista. “Não temos nada essa visão”, garantiu. “Não queremos criar dependentes, queremos criar cidadãos que encontram, aqui um novo tempo, uma nova vida”, afirmou.

## CRÍTICAS AO ACOLHIMENTO

Duas especialistas em migrações criticaram a política de acolhimento de refugiados em Portugal, considerando que tem sido “essencialmente assistencialista”, definida “de cima para baixo” e sem ouvir as pessoas em causa.

“O problema é que não os ouvimos, não lhes damos o benefício da dúvida sequer. Temos uma atitude hegemónica (...), definimos as políticas de cima para baixo, achamos que sabemos o que eles precisam (...). Somos nós que definimos e raramente lhes perguntamos”, disse Cristina Santinho, antropóloga que trabalha com refugiados há mais de dez anos.

Reconhecer estas pessoas como “cidadãos de pleno direito” exige uma política de igualdade e cidadania, contrapõe a investigadora do Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA), unidade do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.

Há várias formas de o fazer, mas passam por ouvir os próprios refugiados em vez de determinar políticas do topo para a base. “Mas ouvi-los como deve ser, ouvir as suas histórias de vida, as suas narrativas, mais do que as histórias de trauma”, disse a antropóloga.

Para Cristina Santinho, “o essencial é mesmo alterar o paradigma da política, deixar de ser assistencialista, hierarquizada e hegemónica” e passar da caridade – que vê os refugiados como “recetores passivos” – à capacitação de seres autónomos.

Elsa Lechner, também antropóloga e investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, reconhece que a “reduzida” experiência de Portugal no acolhimento

de refugiados pode explicar algumas coisas. “Há boa vontade, mas falta planeamento a médio e longo prazo”, resumiu.

As iniciativas recentes de acolhimento têm “muito mérito” e “muitos outros países da Europa” não se disponibilizaram como Portugal, “mas depois, na prática, não se pensa no futuro”.

Para pessoas nesta situação, “uma solução temporária é cruel. Se se for ajudar, então que se ajude efetivamente, que não seja só uma aparência de ajuda. Não pode ser temporária, meramente caritativa, obriga a técnicos especializados”, sustentou Elsa Lechner.

“Isto tudo tem a ver com a forma como vemos os imigrantes, sobretudo os refugiados, pessoas que são sempre representadas como estando entre qualquer coisa, como alguém que não pertence a esta sociedade, não pertence a esta cultura, que nos pede algo e depois nos passa a exigir algo”, lamenta Cristina Santinho.

Esta representação “faz com que não se lhes reconheça o papel político” que têm, impedindo-os de “serem os atores essenciais do seu próprio destino”, observou, assinalando: “Não conheci nunca ninguém que quisesse depender de ajudas do Estado. Todos eles tinham uma vida prévia, muitos deles tinham profissões, ou estudavam. O que eles querem é continuar com as suas vidas”.

Cristina Santinho é especialmente crítica da aprendizagem da língua, que “tem falhado redondamente”. E deixa exemplos. Pela lei, a entidade responsável por disponibilizar cursos de português a refugiados é o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), que “obedece a números mínimos de alunos, que nunca são alcançados”. Às vezes, “quando os cursos abrem, já os interessados não estão em Portugal”, porque entretanto se passaram anos, criticou.

“Os cursos não estão estruturados para as necessidades concretas desta população e são administrados (...) não por professores especialistas no ensino de português para estrangeiros, que supõe o conhecimento de uma grande diversidade cultural, mas muitas vezes por professores no desemprego que não tiveram formação adequada”, referiu.

“Quando isso falha, falha tudo”, alertou, defendendo que é preciso “garantir uma verdadeira e consistente formação na língua portuguesa”.

Cristina Santinho considera que “há muita impreparação do Estado”, não só porque escasseiam técnicos, mas porque os que existem têm falta de tempo e especialização. “Não existe ainda formação adequada”, frisou, exemplificando com a falta de mediadores culturais e tradutores no terreno.

“Há uma série de situações que é preciso re- ver com urgência”, concluiu a investigadora.

REFUGIADOS NO CENTRO SOCIAL DE ERMESINDE

# Uma ca(u)sa contra a guerra

Disponível desde a primeira hora para ser instituição-anfitriã do projeto PAR (Plataforma de Apoio aos Refugiados), o Centro Social de Ermesinde viu o seu desígnio concretizado em Maio do corrente ano. Uma família síria, um casal com uma filha bebé, foi acolhida na instituição.

Porém, no pouco tempo que passou, os técnicos que, de forma completamente voluntária, estão responsáveis pelo acolhimento e integração dos refugiados verificaram alguns “constrangimentos superiores ao esperado, ao nível da aprendizagem da língua e cultura portuguesa, particularmente nos adultos”.

Como refere Albertina Alves, do Centro Social de Ermesinde, “o domínio da língua faz toda a diferença na inserção social e profissional”, pelo que as grandes dificuldades que surgiram nesse capítulo tenham levado os responsáveis da instituição a pensar em soluções e a elaborar um projeto abrangente e dinâmico.

No caso do Centro Social de Ermesinde, nenhum dos elementos do casal fala outra língua que não o árabe, com a agravante de o homem, taxista no seu país, não ter escolaridade, o que levanta ainda mais obstáculos.

E se numa primeira fase a mudança de professor, alguém que fala Português e Árabe, ajudou a começar a ultrapassar o problema de comunicação, os técnicos da instituição de Ermesinde sentem a necessidade de ir mais longe, pois esta é uma situação que conduz a um certo isolamento.

A ausência de resposta a este problema comunicacional tem efeito direto na (falta de) autonomia dos adultos na utilização do Português e na interação social, dificultando a integração laboral, para além de potenciar o aparecimento ou agravamento de problemas do foro da saúde mental, como depressões ou, entre outros. Estas situações podem ainda levar a um aumento dos custos sociais, tais como o desemprego, a iliteracia, os comportamentos desviantes e a criminalidade.

Nesse sentido, o projeto «Uma ca(u)sa contra a guerra», sem prejuízo de concordar com o modelo da PAR de dispersão territorial das famílias refugiadas a fim de evitar a criação de guetos, pretende apostar no “desenvolvimento de laços e de contactos, a uma escala reduzida, entre algumas das famílias acolhidas em localidades próximas umas das outras, potenciando a integração social dessas famílias e diminuindo a síndrome de insegurança e de isolamento naturais em famílias com o passado das que têm sido acolhidas”.

Este projeto, a ser já experimentado pelo Centro Social de Ermesinde, tem por objetivos: Melhorar a qualidade e o ritmo do processo de integração social das famílias acolhidas no âmbito do programa PAR Famílias; Capacitar e, se possível, certificar as competências dos beneficiários ao nível da utilização independente da língua portuguesa; Possibilitar a inscrição



como candidatos a emprego nos Centros de Emprego; Melhorar a qualidade de vida e o nível de bem-estar.

Apercebendo-se que a interação com outras famílias na mesma situação tem sido positivo para combater esse isolamento a que se votam e ficam votados, essencialmente por dificuldades de comunicação, mas também por questões culturais, o projeto da instituição de Ermesinde inscreve também a promoção de atividades de partilha cultural entre famílias refugiadas e outras da comunidade autóctone.

A intenção é criar situações de intercâmbio, com as famílias portuguesas a participarem em eventos da cultura síria e vice-versa. A isto não é alheia a vontade de levar a comunidade a promover a integração destas pessoas, para quem tudo é novo e... onde sentem grandes dificuldades em comunicar e relacionar-se.

“O que mais os aflige é não terem nada que fazer”, frisa Albertina Alves, acrescentando: “Já se voluntariaram para quase tudo... Eles querem interagir com as pessoas de cá, mas sentem que com os seus pares têm mais apoio. Mesmo

assim, têm uma grande vontade de aprender e de se integrar”.

Em concreto, «Uma ca(u)sa contra a guerra» – nome adaptado do projeto «Uma casa contra a guerra», que uma escola desenvolveu para angariar mobiliário para a habitação deste casal sírio – pretende dinamizar um conjunto de atividades, designadamente: a constituição de pequenos grupos que possibilitem a criação de turmas com um número reduzido de elementos; visitas de estudo a locais e espaços de interesse sobre a cultura portuguesa; promover encontros, passeios, momentos de convívio entre famílias, dinamizados pelas instituições anfitriãs; promover a celebração de datas festivas significativas para o grupo-alvo e para a comunidade local; organizar workshops para apresentar tradições e culturas no sentido de quebrar barreiras culturais e favorecer a aprendizagem informal da língua; fomentar ações de voluntariado.

O projeto do Centro Social de Ermesinde estende-se ao concelho de Valongo e à restante Área Metropolitana do Porto.

CASA DO POVO DE ABRUNHEIRA, MONTEMOR-O-VELHO

# Da quase falência a instituição de referência em doze anos

A história da Casa do Povo de Abrunheira, concelho de Montemor-o-Velho, confunde-se com a de tantas outras que floresceram pelo Portugal do Estado Novo ao longo de décadas. Porém, enquanto muitas foram extintas já nos anos de Democracia, a de Abrunheira passou a IPSS, em 1994, e encetou um caminho de forte crescimento na área social. Hoje é já uma referência.

**A** Casa do Povo de Abrunheira surgiu em 1961, mas a construção da sede, um projeto marcadamente do Estado Novo, foi pela mão do, então, Centro de Recreio Popular, extinto após a obra terminada. E quando nasceu tinha como base a Cultura, o Desporto e o Recreio. Aliás, onde hoje se ergue o Complexo Social Sénior era um campo de futebol de 11.

“Inicialmente, a Casa do Povo não desenvolvia trabalho social, mas tinha uma área cultural bastante forte, tal como a desportiva. E é só em 1994 que a Casa do Povo envereda pela área social, uma altura em que surgiram muitas IPSS pelo País”, conta José Carvalho, presidente da instituição, recordando: “A vertente social começou a ser desenvolvida com o ATL e com um Centro de Dia, sem nunca descurar as vertentes cultural, desportiva e recreativa”.

Contudo, a saúde que a instituição exhibe atualmente nem sempre foi pujante, recorda o dirigente: “Em 2002, era eu presidente da Junta de Freguesia, a Direção da Casa do Povo, praticamente, decretou a falência devido às muitas dívidas. Não se percebe muito bem como, mas aconteceu... Ao ver a situação da única instituição da freguesia que dava apoio aos idosos e às crianças, senti-me na obrigação moral de arranjar uma equipa e impedir que as chaves fossem entregues ao Governador Civil ou à Câmara. Foram momentos complicados, porque a instituição e o próprio edifício estavam moribundos, mas avançámos e ainda bem que o fizemos”.

Apesar de alguns sacrifícios, como despedimentos entre o corpo de sete funcionários – “Havia muitos vícios instituídos e era preciso mudar a situação e criar confiança nas outras entidades” –, a nova equipa diretiva conseguiu por a instituição de pé novamente, tendo contado com a preciosa ajuda da área cultural da instituição.

Com um edifício em que era muito difícil prestar serviços à população, depois de obras de requalificação da sede, a instituição avançou com candidaturas a financiamentos.

“Nessa altura, tudo o que houve de possibilidades de financiamento, nós concorremos. O Estado não financiava lares mas sim a



construção de Centros de Noite. Nós trabalhamos muito bem o Centro de Noite, só que a maioria das instituições que abriram esta valência não o fez devidamente e criou-se um problema. É que as pessoas, por vezes, adoeciam e não podiam ficar no Centro de Noite, mas também não ficavam bem sozinhas em casa. Confrontado com esta situação, o Governo Guterres viu-se na necessidade de pedir à União Europeia para reverter os Centros de Noite em Lares. Nós aproveitámos essa reconversão, até porque mais cedo ou mais tarde a iríamos fazer. Como o lar dá uma resposta mais completa, ampliámos o Centro de Noite com uma sala de estar, transformando-o em Lar com capacidade para 25 pessoas”.

Estava dado o primeiro passo do que seria um forte e contínuo investimento na área social, numa altura em que as outras vertentes perdiam alguma importância na dinâmica da instituição, mas não a atenção dos dirigentes.

Pela mesma altura, a instituição ampliou e



requalificou igualmente o Centro de Dia, que hoje integra uma sala de fisioterapia, uma outra para descanso dos idosos e uma lavandaria. Recorde-se que o Centro de Dia foi a primeira resposta social da instituição, a par do ATL, entretanto extinto. Aliás, atualmente a área da infância é apenas trabalhada na vertente desportiva, com as escolinhas de ciclismo, nas variantes de Ori-BTT e BTT-Downhill.

Para além de um conjunto de equipamentos que servem as diversas respostas sociais, como o ginásio, ou a piscina de água quente, a Casa do Povo de Abrunheira oferece como respostas sociais: três ERPI, num total de 81 camas; Centro de Dia, com 15 utentes, mas com capacidade para 40; Serviço de Apoio Domiciliário (convencional, de 24 horas e integrado), com 16 utentes.

A área complementar da saúde tem sido uma aposta forte da instituição, que criou uma equipa multidisciplinar, através da prestação de serviços de enfermagem, fisioterapia, terapia da fala e psicologia, em consultório e ao domicílio.

O excelente trabalho realizado na área da saúde tem granjeado fama à instituição, levando muitas unidades hospitalares a recorrerem-lhe para a convalescência de alguns doentes, especialmente vítimas de AVC.

“Temos sempre umas camas reservadas para internamentos temporários, porque temos uma excelente equipa a lidar com as questões dos AVC e os hospitais reencaminham os doentes para aqui fazerem a sua convalescência inicial, antes da reabilitação”, revela José Carvalho, acrescentando: “Criámos confiança nas unidades de saúde que faz com que acolhamos pessoas de todo o distrito enviadas por elas. Penso que prestamos um melhor serviço do que as unidades de Cuidados Continuados. E também trabalhamos com as medicinas alternativas, tibetanas, chinesas e outras, porque as medicinas tradicional e alternativa complementam-se”.

Neste sentido, os responsáveis pela instituição adquiriram uma residência anexa ao edifício-sede, onde já funciona uma ERPI com 12 camas, mas com uma ideia mais ambiciosa em mente.

“Adquirimos uma residência onde estamos a desenvolver um projeto interessante na área das demências e do Alzheimer. A intenção é fazer um projeto maior, talvez com apoio do Portugal 2020, numa oferta ligada ao Alzheimer e demências equiparadas”, revela José Carvalho, destacando: “Aliás, somos reconhecidos pelo Centro Hospitalar da Universidade de Coimbra como a melhor estrutura, no distrito de Coimbra, a trabalhar esta área e a segunda melhor da Zona Centro. Nesse sentido, queremos criar um projeto diferente em que as pessoas com Alzheimer ou demência equiparada sintam o espaço como se vivessem o mais normalmente possível o quotidiano. É uma resposta para que as pessoas não sejam desenraizadas da vida quotidiana”.

Mas este não é o único projeto que a Casa do Povo pretende implementar. “Um outro projeto que temos, para o qual até já fizemos umas candidaturas que não vieram aprovadas, é o de um espaço neuro-sensorial. Cada vez mais temos que prolongar a vida das pessoas com qualidade e esse espaço servirá para estimular cognitivamente as pessoas que sofrem de demência, mas não só. Já existem algumas salas Snoezelen que têm esse estímulo, mas queremos ir mais longe, porque queremos um espaço em que as pessoas sejam obrigadas a reagir a estímulos, sejam eles quais forem. Vai sair-nos caro mas será uma realidade dentro em breve”, sustenta o presidente da instituição, que deixa uma crítica ao Instituto da Segurança Social (ISS): “A ERPI tem que ser muito mais do que um local que acolhe idosos. Porém, o ISS, ou as



suas delegações, tem trabalhado um pouco em termos de compadrio político e amizade na atribuição da comparticipação por cama e financia maioritariamente os armazéns de carne humana, em vez das instituições que pretendem dar qualidade à vida dos utentes”.

Nesse sentido, José Carvalho recorda que até há pouco mais de um mês os Acordos de Cooperação atribuídos à instituição tinham uma taxa de 25%, tendo entretanto passado para 50%.

“No entanto, temos aqui concorrentes diretos, que não têm a qualidade que nós temos, que têm 100% e mais de 90%. Isto não é justo, nem é moral. É o próprio Estado e as entidades ligadas ao Estado a promoverem uma concorrência desleal entre instituições”, acusa.

E as críticas aos serviços sociais do Estado não se ficam por aqui.

“O lar do Complexo Social Sénior foi projetado para 36 camas, fruto das regras demasiado exigentes da época. Hoje já temos capacidade para 43, mas queríamos mais e não conseguimos. O ISS não acompanha a evolução das IPSS, a necessidade social das pessoas, nem a necessidade de criação de emprego e está constantemente a impugnar o que está escrito na lei e a vontade do Estado em fazer aumentos de capacidade. O ISS da maneira que funciona, com os burocratas que tem lá dentro e com a muita incompetência que tem no seu interior não acompanha a evolução do País, nem a mentalidade das IPSS, e faz um contravapor às instituições que querem que o Estado progrida e crie emprego”, acusa José Carvalho, que lembra: “A Casa do Povo de Abrunheira é considerada pelo Instituto Nacional de Estatísticas a instituição que mais cresceu nos últimos 12 anos, que mais emprego criou e que mais património criou”.

Financeiramente, a Casa do Povo de Abrunheira não vive sobressaltos, até porque “no caso de uma situação financeira de emergência a relação de confiança com a Caixa de Crédito Agrícola facilita a resolução”.

José Carvalho considera que “não há



problema com a situação financeira porque a gestão é minuciosa”, fazendo uma curiosa comparação: “Aqui funciona o sistema de quem pode pagar paga também para pagar por aqueles que não podem. Somos uma espécie de Robin dos Bosques do social. Há pessoas que estão aqui de borla, mas há quem pague 1.200 euros. Uns têm que dar para os outros e é o que nos dá equilíbrio. Depois, a fama de qualidade e de mérito que conseguimos também facilita a chegada de pessoas que podem pagar”.

Para além dos muitos campeões nacionais e ibéricos que envergam as cores da Casa do Povo de Abrunheira nas vertentes mais alternativas do ciclismo, a instituição granjeia ainda grande fama culinária, com destaque para a «Lampreia Quinhentista», cuja receita, descoberta em Itália, era utilizada pelos navegadores portugueses no tempo dos Descobrimentos.

ANSA – ASSOCIAÇÃO NOSSA SENHORA DOS ANJOS, LOURES

# PARES ainda deve 150 mil euros à instituição de Camarate

Do quase meio século de vida que conta, duas datas marcam indelevelmente a história da Associação Nossa Senhora dos Anjos, instituição nascida e crescida no coração de Camarate, concelho de Loures. Diversificar as respostas sociais foi o grande desafio lançado pelos novos dirigentes, que com isso têm feito a instituição crescer, apesar das armadilhas colocadas pelo “principal parceiro”.

**S**etembro de 1969. Nascia, no Bairro de S. Lourenço, em Camarate, o Jardim-de-Infância Nossa Senhora dos Anjos, pela ação de D<sup>a</sup> Maria Teresa, que «prometera à Nossa Senhora dos Anjos que, se conseguisse ser mãe, tentaria formar uma instituição para educar crianças oriundas das classes mais desfavorecidas», pode ler-se na história da instituição.

Janeiro de 2012. “A nova Direção decidiu que era importante diversificar as respostas da instituição, ou seja, fazer desta casa uma verdadeira IPSS que servisse a comunidade e, então, lançamos novos projetos”, revela Marco Fernandes, presidente da instituição, enumerando: “Lançamos o Centro de Apoio ao Estudo, que tem sido um êxito, e a Loja Solidária, em parceria com a Câmara de Loures e a Junta de Freguesia de Camarate. Passámos a ser ponto de distribuição do Banco Alimentar e criámos um grupo de dadores de sangue. Com regularidade, quatro vezes por ano, fazemos colheitas de sangue nas nossas instalações. É o nosso contributo na área da saúde. Ou seja, diversificámos as respostas e deixámos de ter apenas a resposta educativa infantil. Auscultámos as necessidades da comunidade e procurámos ir ao seu encontro com soluções”.

De facto, se nos primeiros 43 anos de vida, a instituição de Camarate “dava apenas resposta à infância, com o Pré-escolar e a Creche, nos apartamentos do Bairro de S. Lourenço, ou seja, frações alugadas, primeiro só no rés-do-chão e, mais tarde, também no 1º esquerdo”, a agora denominada Associação Nossa Senhora dos Anjos (ANSA) passou a dar uma resposta mais abrangente, tocando mais gente na comunidade.

Depois de uma vida inteira a viver “em frações habitacionais, adaptadas a jardim-de-infância”, a ANSA decidiu avançar para a construção de um edifício de raiz, onde funciona a creche, que passou de 15 para 84 crianças, utilizando o equipamento como centro nevrálgico em volta do qual funcionam as novas respostas sociais.

“Em parceria com a Junta e a Câmara, conseguimos alugar umas lojas junto a este novo equipamento, onde funcionam a Loja Solidária e o Centro de Apoio ao Estudo”, explica Marco Fernandes, recordando que “o terreno já estava cedido à instituição desde 2005”, tendo a



construção arrancado em 2014, com o intuito de “concentrar toda a nossa atividade o mais próximo possível”.

Porém, e apenas quatro anos volvidos sobre a mudança da instituição, o presidente tem um lamento: “Agora temos quase tudo aqui concentrado, apenas o pré-escolar continua ainda nos apartamentos, mas o objetivo é trazê-lo para aqui também. Já pedimos à Câmara que nos cedesse um pouco mais de terreno no lote ao lado deste para ali fazermos o pré-escolar. Desta forma daríamos aos meninos do pré-escolar umas instalações novas, com condições bem melhores do que as atuais”.

Atualmente, a ANSA responde a 40 crianças no pré-escolar e a 84 bebés na creche.

Aliás, a creche ainda está envolta num imbróglio, que no último mês sofreu alguns desenvolvimentos positivos, mas que não deixa de levantar questões difíceis de digerir.

Cronologicamente, o imbróglio começa na dívida que o PARES ainda mantém para com a



instituição, “no valor de 150 mil euros”.

A instituição “teve que contrair um empréstimo bancário para fazer face ao cumprimento dos pagamentos ao construtor, para se livrar da ameaça de juros, que são altíssimos”, avança Marco Fernandes, que acusa ainda “a Segurança Social de estar a protelar os pagamentos com desculpas administrativas e técnicas, pois há sempre algo que não está bem e isto já se arrasta há um

ano”.

Por outro lado, a nova creche vinha criando um outro problema à instituição porque a Segurança Social demorava em atualizar o acordo de cooperação de 15 para 66 crianças, o que finalmente fez no passado mês de agosto.

“Nós tínhamos 15 crianças em creche e passámos para 84, sendo que só 66 estão abrangidas pelo Acordo, mas já tínhamos assinado o contrato de alargamento do Acordo e até Julho não havíamos recebido um único cêntimo”, conta, acrescentando: “Estivemos a sobreviver apenas com as participações familiares que são muito baixas, pois aplicámos desde início a fórmula como se houvesse alargamento do acordo de cooperação. Não esperávamos estar um ano sem receber nada... Em termos de estratégia, contávamos que em Março deste ano já estivessemos a receber pelo novo Acordo, mas as coisas não correram assim”.

Do mal, o menos e a restituição devida à ANSA tem retroativos a Março, o que poderá desafogar um pouco mais os cofres da instituição.

No entanto, Marco Fernandes reconhece que a instituição aproximou-se demasiado do precipício, sem que culpa lhe pudesse ser assacada. Contudo, aquele que é tido como “o principal parceiro” foi quem mais a empurrou...

“No ano passado tivemos a continuidade em risco, porque os pagamentos do PARES eram tardios e, em agosto de 2015, deixámos de receber os reembolsos”, acusa, recordando: “Quando me dirigi ao senhor ministro disse-lhe que a Direção considerava que tinha sido sentenciada de morte pela Segurança Social, o principal parceiro. Estávamos praticamente a terminar a obra e a Segurança Social interrompe os quatro últimos pagamentos. Tínhamos o construtor e os restantes fornecedores a querer receber e nós entre a espada e a parede. As coisas complicaram-se bastante, porque poderia ter acontecido o pior, o que felizmente conseguimos evitar. No entanto, o pior cenário poderia ocorrer, ou seja, o colapso da instituição e por culpa do nosso principal parceiro”.

Com tantos espartilhos, a Direção reuniu com os trabalhadores, colocando-os a par de “toda a situação”: “Dissemos-lhes que não conseguíamos dar os aumentos, porque não podemos aumentar a despesa com massa salarial, nem qualquer outra. A palavra de ordem é contenção”.

Para o presidente da instituição, “todos os funcionários acolheram a proposta”, considerando que “existe um clima de profunda confiança com esta Direção” e apontando “a disponibilidade mútua” como “o segredo para que o barco chegasse a bom porto, para que a construção não tivesse sido interrompida, para que, apesar de um ano sem acordo de cooperação conseguisse funcionar sem acumular dívidas”.

Apesar de tudo, a nova e jovem Direção da ANSA tem conseguido resultados, fruto de “uma gestão muito metódica, em que as compras são feitas com muito cuidado, pois não fosse assim não teria sido possível assumir os compromissos que assumimos, apenas contando com as participações familiares”, sublinha Marco Fernandes, que lembra: “As coisas têm corrido bem, não temos dívidas, para além dos encargos com a Banca. Com muita astúcia e muita imaginação temos estado a sobreviver, mas os dirigentes das IPSS são pródigos nisso. Temos compromissos com a Banca para a construção



e um outro para cobrir o que o Estado não nos entregou”.

A construção de um equipamento era ambição antiga, alimentada “há mais de 30 anos que as sucessivas Direções”, pelo que é com orgulho que o atual presidente fala na “felicidade e responsabilidade” de ter sido a sua equipa “a dar forma ao sonho de uma freguesia”.

Para tal foi necessário a instituição abrir-se à comunidade, fazendo “uma aposta forte no marketing social e na comunicação”.

Como resultado, a instituição passou de seis para 38 funcionários no espaço de oito anos e passou a ter mais respostas, mais crianças e mais funcionários... “com a mesma receita”, nota.

Por isso, é que Marco Fernandes afirma: “Neste momento estamos em fase de adaptação, porque deixámos de conduzir um Mini e passámos a guiar um Mercedes”.

E a prova de que o crescimento da ANSA é um facto indelével são os números registados em 2015: a Freguesia Mais Solidária (loja solidária - vestuário, calçado, alimentação, livros escolares, apoio para compra de medicamentos) apoiou 952 agregados familiares, ou seja, 2.419 indivíduos, de forma totalmente gratuita, em 6.006 atendimentos; foram entregues 28 toneladas de alimentos, provenientes de donativos da comunidade e dos acordos com superfícies comerciais; e doados 9.345 peças de vestuário, essencialmente proveniente da comunidade de Camarate, e 3.566 brinquedos.

A construção de um edifício para instalar o

Pré-escolar “é o grande projeto” da instituição, que ambiciona “ter todas as crianças em instalações condignas”, mantendo o fito, igualmente, na “consolidação da resposta de creche”.

Por outro lado, e atuando hoje em Camarate, Unhos e Apelação, os responsáveis pela ANSA pensam em, “com calma, procurar outros territórios, ou seja, alargar a nossa área de influência”.

E como seria Camarate sem a ANSA? “Seria mais triste e não seria tão colorida. Julgo que conseguimos tornar visível o quão generosos são os camaratenses, porque de um momento para o outro conseguimos mobilizar muitos habitantes de Camarate na doação de bens e até dinheiro. Camarate está mais solidária”, defende Marco Fernandes, que lembra os 203 doadores de sangue que a instituição congrega, como outra das respostas que as IPSS tão bem podem e sabem fazer.

NASCER UTENTE

# Todas as crianças com médico de família

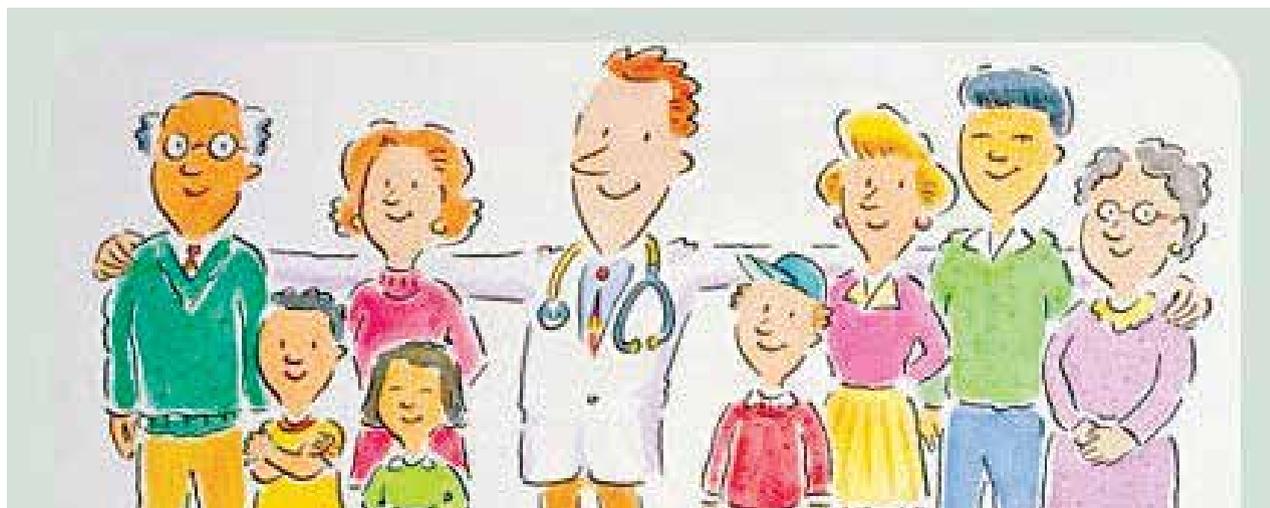
Todas as crianças têm, a partir de agora, médico de família logo após o seu nascimento, no âmbito do projeto “Nascer Utente” que inscreve, ainda na maternidade, o nascituro na lista de utentes do médico de família dos pais.

A medida, contemplada num despacho publicado em Diário da República no passado dia 19 de agosto, deu os primeiros passos ainda no anterior governo, quando este publicou uma lei, segundo a qual “nenhuma criança fica privada de médico de família”.

Através do projeto “Nascer Utente”, a criança é inscrita, assim que nasce, no Registo Nacional de Utente, sendo-lhe atribuído um número de utente, a constar do cartão do cidadão, e de médico de família.

A partir de agora, a inscrição das crianças no âmbito do Projeto “Nascer Utente” é efetuada de forma automática pela instituição com bloco de partos, na lista de utentes do médico de família da mãe ou do pai”.

Nas situações em que a mãe e o pai não se encontrem inscritos em nenhuma lista de utentes de um médico de família, a instituição com bloco



de partos onde a criança nasce deve comunicar o nascimento ao coordenador da unidade funcional [Unidade de Saúde Familiar (USF) ou Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP)] mais próxima da residência da criança.

Este “deve proceder à inscrição da mesma na lista de utentes de um médico de família,

preferencialmente de uma USF caso a mesma exista naquele Agrupamento de Centros de Saúde (ACES), salvo se um dos pais declarar expressamente preferência pela UCSP, devendo ser dado conhecimento dessa inscrição ao presidente do conselho clínico e de saúde do respetivo ACES”, lê-se no despacho, publicado a 19 de agosto.



**Em 2016 a FORMAÇÃO CERTIFICADA F3M já ultrapassou OS 2000 PARTICIPANTES**

Consulte o PLANO DE FORMAÇÃO F3M 2016 em [www.f3m.pt](http://www.f3m.pt)



**GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E OPERACIONAL**

**SOFTWARE PARA VÁRIAS RESPOSTAS SOCIAIS**  
(Licenciamento e SaaS)

**SOLUÇÕES WEB**  
PUBLICAÇÃO DAS CONTAS DO EXERCÍCIO  
(DL n.º 172-A/2014)

PROCESSOS CHAVE

CANTINAS SOCIAIS

REGISTO DE ATIVIDADES DIÁRIAS

IMOBILIZADO	UTENTES	SÓCIOS	ÁREA SAÚDE	PORTAL SOCIAL
RECURSOS HUMANOS	CONTABILIDADE	STOCKS, ECONOMIAS, COZINHAS E LAVANDARIAS	UNIDADES DE CUIDADOS CONTINUADOS	DIREÇÃO
ESCALAS DE SERVIÇOS	TESOURARIA	SALÁRIOS	CLÍNICA INTERNAMENTO	FUNÇÃOARIOS
APOIO DOMICILIÁRIO	VIATURAS	MAILING	PROCESSO CLÍNICO BLOCO OPERATÓRIO	RESPONSÁVEIS DOS UTENTES
			PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA	LIVRO DIGITAL "MEMO"

**A F3M é o parceiro estratégico do Montepio na oferta de soluções informáticas para a Economia Social.**



**Montepio**  
Valores que crescem contigo.

**SOFTWARE ESPECÍFICO PARA A ECONOMIA SOCIAL**

F3M Information Systems, S.A. | [contacto@f3m.pt](mailto:contacto@f3m.pt) | [info@f3m.pt](mailto:info@f3m.pt) | Tel. (+351) 253 250 300 . (+351) 213 636 271 | [www.f3m.pt](http://www.f3m.pt)





HORÁCIO SANTIAGO, PRESIDENTE DA UIPSSD COIMBRA

# Cuidados Continuados Integrados são uma boa aposta de futuro

Horácio Santiago termina no fim do ano o segundo mandato como presidente da União das IPSS do Distrito de Coimbra (UIPSSDC) e deseja que “apareça gente nova, com novas ideias e mais dinamismo” para lhe suceder. A razão também é simples: “Quando nos mantemos muito tempo num cargo perdemos o entusiasmo, as pessoas cansam-se de nós e a tendência é para deixar estagnar as coisas estagnarem”.

Nesse sentido, haverá renovação nos órgãos sociais da UIPSSDC, que congrega, atualmente, 180 IPSS, não sem antes acolherem a Festa da Solidariedade, que este ano decorrerá em Coimbra.

## **SOLIDARIEDADE - Como tem sido o trabalho da UIPSSDC?**

**HORÁCIO SANTIAGO** - O principal papel é de acompanhamento e, ao mesmo tempo, de congregação de esforços. O papel de acompanhamento, na minha opinião, temo-lo conseguido fazer razoavelmente, mas se pensarmos que a União tem uma colaboradora a meio tempo isto diz muito de até onde é possível ir neste acompanhamento. O papel de congregação, da forma como as coisas decorrem atualmente é ainda, de certa forma, mais complicado. A União não está propriamente no meio entre as instituições e a CNIS. Digamos que fazemos um triângulo e não uma linha reta com alguém que está no meio. O próprio dinamismo da CNIS e os meios que tem, com os quais a União nem se aproxima, faz com que esta ligação coloque de lado as Uniões Distritais (UD). Penso que não é só a de Coimbra, mas a generalidade das UD. Este papel já foi mais importante noutros tempos em que a base forte eram as UD e a CNIS estava no topo, mas esta linha reta tem vindo a alterar-se.

## **E porque pensa que não se consegue essa congregação que gostaria?**

Nós gostaríamos de ter Assembleias Gerais (AG) mais concorridas, se calhar mais polémicas, com discussão daquilo que nos afeta, mas, por norma, são pouco concorridas. As pessoas sentem pouca necessidade de participar, mas isto não acontece apenas na União. Nas AG da CNIS também não são muitos os que lá estão... Daí, o papel de congregação não se alcançar como gostaríamos. No entanto, vamos promovendo algumas iniciativas, como ações de formação, sessões de informação, colóquios, seminários ou reuniões de trabalho.

## **E as IPSS aderem melhor a essas iniciativas?**

Normalmente aderem e temos as nossas expectativas satisfeitas ou até superadas em termos de participação. Mas muitas vezes depende do assunto que se está a tratar. Se faz doer o osso é casa cheia, agora se não faz doer o osso a participação já é menor. Quando apresentámos em



Coimbra, juntamente com a CNIS, o Compromisso de Cooperação, a renovação dos Estatutos e algo mais ainda, em que vieram cá a dra. Filomena Bordalo e o dr. Henrique Rodrigues, a casa foi curta para tanta gente que quis participar. Foi casa mesmo muito cheia. Agora se o tema for como desenvolver a resposta de Centro de Dia ou de Apoio Domiciliário já é mais complicado.

## **Mas há pouco interesse...**

Infelizmente, a maior parte das pessoas que estão à frente das instituições são voluntários, ou têm a sua atividade profissional ou são pessoas já com uma certa idade e reformadas, com algumas dificuldades. E os que ainda estão na vida ativa também não têm a disponibilidade necessária para acompanhar estas situações todas. Depois, em vez dos diretores, quem vem às reuniões são os técnicos, mas estas são dificuldades próprias deste Setor Social.

## **A União tem 180 filiadas, mas como tem sido a evolução do número de associadas?**

Houve uma fase em que se afastaram as Santas Casas, que até se compreende pois têm uma associação própria, de resto não temos tido afastamentos. É um facto que não temos aumentado muito o número de associadas, mas também têm sido poucas as que nasceram nestes últimos sete, oito anos. Estamos, sobretudo, a fazer um trabalho para recuperar as que já eram associadas. Ou seja, umas porque já não desenvolvem bem o papel para que foram criadas, outras por dificuldades financeiras e outras até por algum alheamento não cumprem na plenitude o seu papel de associadas. Para desenvolvermos determinado trabalho temos que ter a colaboração das

instituições. E temos muitas instituições com mais de 10 anos de quotas em atraso. Temos vindo a contactá-las e a promover acordos para que sejam reintegradas. Não tem havido perdão de quotas, pois seria injusto para as que têm pago, mas temos feito acordos de pagamento da dívida, tendo em conta o valor da dívida e a situação financeira da instituição. Também não queremos que este seja mais um problema financeiro para a instituição.

## **E qual é a maior necessidade em termos de resposta social no distrito?**

É difícil dar uma resposta concreta. Aqui na sede de concelho temos mais carência de lares de idosos, seremos até um dos concelhos com percentagem mais baixa nessa resposta, mas no Interior do distrito as preocupações andam mais pela área da infância, apesar de haver menos crianças. A questão que se coloca é que, como há poucas crianças, deixamos de ter resposta para essas poucas. Como as coisas têm corrido nos últimos anos, penso que a aposta nos Cuidados Continuados Integrados (CCI) tem futuro e é, cada vez mais, necessária, porque os lares resolvem muita coisa, o Apoio Domiciliário e o Centro de Dia ajudam e facilitam a permanência das pessoas no seu meio natural, mas há aquela fase mais terminal em que as pessoas necessitam de grande apoio e cada vez vive-se mais. Pelo que os CCI são uma forte aposta de futuro e que as IPSS também irão procurar desenvolver. Agora, não sei se o Estado vai continuar a abrir algumas fontes de financiamento para as instituições avançarem.

**PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTO)**

DIA 30 DE SETEMBRO NA PRAÇA VELHA

# Coimbra tem mais encanto na Festa da Solidariedade

A presença do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, na Festa da Solidariedade, no dia 30 de setembro, na Praça Velha, em Coimbra, é a cereja em cima do bolo de celebração do 10º aniversário do evento da CNIS. Antes, o mais alto magistrado da nação fará o encerramento do Encontro Nacional «IPSS Promotoras de Saúde», uma iniciativa que aborda temáticas candentes para as IPSS.

**E** à 10ª edição a Festa da Solidariedade, promovida pela CNIS, é já um evento incontornável no panorama do Setor Social Solidário, que este ano decorrerá em Coimbra, no próximo dia 30 de setembro, e contará com a presença do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa.

“A Festa da Solidariedade faz-se no sentido de promover os interesses das instituições, criar um espaço e um tempo para que se fale das IPSS e também para se mostrar as boas práticas que as instituições desenvolvem no âmbito da sua atividade”, sustenta o dirigente Eleutério Alves.

Há 10 anos que, através da Festa da Solidariedade, a CNIS, em parceria com a União Distrital da cidade escolhida para receber o evento, promove a confraternização e a partilha entre instituições, mas também entre as instituições e as comunidades onde o convívio acontece. E também por todos os locais por onde a Chama da Solidariedade passa antes de iluminar o palco onde as festividades decorrem.

“A Festa este ano vai ser num formato diferente, pois será a uma sexta-feira quando sempre foi ao sábado. A União Distrital de Coimbra propôs fazer o evento numa sexta-feira por considerar que a festa terá mais visibilidade e assim também promover melhor os interesses das instituições do distrito”, explica Eleutério Alves, que revela ainda: “Este ano contaremos com a presença do senhor Presidente da República, com toda a animação a ser feita por instituições de Coimbra e de outros pontos do País e ainda alguns grupos locais”.

A este propósito, Horácio Santiago, presidente da União Distrital de Coimbra, avança que pela Praça do Comércio, também conhecida por Praça Velha, com início às 16h00 e até às 21h00, para além das habituais atuações dos grupos das IPSS de diversos pontos do País, pelo palco passará ainda “um grupo folclórico, duas tunas académicas, grupos de fados e uma banda filarmónica”.

Já na véspera, a União Distrital vai promover um jantar, no Palácio de S. Marcos, na freguesia de S. Silvestre, para o qual estão a ser convidados os diretores das instituições e algumas entidades oficiais.

Este será, aliás, o local onde a Chama pernoitará antes de ir iluminar a Festa, num percurso que terá início pelo distrito no dia 26 de agosto.

Assim, os dirigentes da UDIPSS Évora



entregarão a Chama da Solidariedade, no dia 26, em Condeixa à UIPSSD Coimbra, recolhendo-se o facho em Arganil. Até chegar ao terreiro da Festa, na Praça Velha, a Chama viajará daí pelo distrito, ficando em Penacova, primeiro, e já em Coimbra, no dia 28.

“O papel da Chama é que em cada concelho por onde ela passa se consiga, pelo menos, promover a fraternidade e a solidariedade entre instituições”, defende Eleutério Alves, ao que o diretor Executivo João Dias acrescenta: “A Chama é a prova da capilaridade que existe da resposta das IPSS em termos nacionais. Em todas as freguesias há uma instituição. E de facto representa os valores das IPSS em cada um dos territórios, em cada um dos concelhos, em cada uma das freguesias junto da população. E representa ainda outra coisa que é muito importante, que é a capacidade de mobilização da sociedade civil e que as IPSS são pioneiras e o seu expoente máximo. É que quando a Chama se associa a outras organizações para além das IPSS está a promover essa mobilização em torno da solidariedade. A Chama é isso, juntar na mesma rua pessoas que vêm de organizações diferentes e que à volta do conceito da solidariedade se juntam para transportar esse símbolo até ao ponto seguinte”.

Horácio Santiago está “esperançado que entre

as instituições do distrito haja um crescendo de entusiasmo que culmine, no dia 30, com uma grande Festa”, sublinhando que “a Festa será sempre aquilo que as instituições quiserem que seja”.

Quando já se está na reta final da organização daquela que é a X Festa da Solidariedade, o líder da União Distrital de Coimbra deixa um desejo: “Espero que a Festa seja um ponto de encontro das instituições e uma boa forma de darmos a conhecer o bom trabalho que é desenvolvido por estas instituições de solidariedade e o quão elas são importantes para o País”.

A este propósito, Eleutério Alves lembra que, para além das atuações e dos discursos oficiais, este ano com convidado de primeira linha, haverá a habitual mostra da muita atividade de ordem cultural, recreativa, artesanal e gastronómica das instituições, “numa demonstração de que estas não são só locais de acolhimento de pessoas carenciadas”.

Para o dirigente da CNIS, “mostrar a todos que há muito mais vida nas IPSS para além do resgatar os mais carenciados é o papel da Festa da Solidariedade”.

A mudança de dia, de sábado para uma sexta-feira, não é a única novidade da 10ª edição do evento da CNIS.



Em simultâneo com a Festa da Solidariedade, decorrerá, ao longo de todo o dia, no auditório do Conservatório de Música de Coimbra, um Encontro Nacional intitulado «IPSS Promotoras de Saúde».

## ENCONTRO NACIONAL

Ainda antes de rumar à Festa, o presidente Marcelo Rebelo de Sousa fará o encerramento do dia de trabalho no Conservatório de Coimbra, que prevê a abordagem de três temas: Cuidados Continuados Integrados; Envelhecimento Ativo; e Saúde Mental.

“Esta é uma área que está em crescimento no âmbito das instituições, que a CNIS quer valorizar e que faz todo o sentido tendo em conta o envelhecimento da população”, argumenta João Dias, acrescentando: “É uma área que faz todo o sentido ser abordada porque as estruturas que, neste momento, as IPSS têm seriam para pessoas seniores mas com saúde e não é esse o caso. As demências são uma realidade crescente naquilo que são as residências que as instituições têm e isto tem que ser tratado de uma forma transversal. Ou seja, quer do ponto de vista técnico e da competência técnica para dar resposta às necessidades, quer do ponto de vista do financiamento, porque é uma resposta com custos obviamente diferentes”.

Esta preocupação é partilhada por Eleutério Alves: “As instituições ainda não estão preparadas para lidar com esta questão das dependências e das demências que, cada vez mais, afetam os utentes. E este Encontro Nacional vem no sentido de dotar os funcionários com mais competências e criar uma nova forma de estar perante estas situações, garantindo assim que as IPSS ficam com mais capacidade de atuação no âmbito desta nova realidade”.

Com o pelouro da Saúde na Direção da CNIS, Maria João Quintela é quem tem estado no centro da organização do encontro, intitulado «IPSS Promotoras de Saúde – Uma influência positiva nos determinantes da saúde».

Sobre os objetivos, a dirigentes refere: “Um dos propósitos deste Encontro Nacional é precisamente o de chamar à reflexão as instituições de solidariedade sobre o enorme papel que desenvolvem no âmbito da Saúde e que, muitas vezes, não está bem consciencializado, quer na

opinião pública, quer a nível governamental, quer mesmo ao nível de muitas instituições. De uma forma clássica as instituições eram consideradas de Saúde ou mais ligadas à Segurança Social, hoje temos consciência que os múltiplos determinantes da saúde não acabam nem começam só em uma área. Imbricam-se uns nos outros, quer nas áreas sociais, quer nas económicas, quer nas da saúde, quer nas jurídicas, quer nas ambientais e em muitas outras. Ora, as IPSS, na sua circunstância, conhecedoras das populações locais e próximas dos cidadãos são o agente de eleição na prestação de cuidados e de apoio de uma forma global, respondendo efetivamente às necessidades das populações que recebem a influência desses múltiplos determinantes da saúde, ambientais, sociais, sociológicos, políticos e que lhes influenciam a saúde”.

Para a CNIS, “este objetivo passa por consciencializar os vários setores e, cada vez mais, as IPSS de que elas na sua ação quotidiana já trabalham a área da saúde”, afirma Maria João Quintela, acrescentando: “Apesar de não terem um protocolo específico com a Saúde, é preciso que o Estado também reconheça o papel das IPSS na promoção da saúde e na prevenção da doença”.

Para a dirigente da CNIS, não há dúvidas: “As IPSS, de um modo geral, promovem a saúde, pelo que fazer crescer essa consciência de que são também agentes promotores de saúde é um dos grandes propósitos deste Encontro Nacional”.

A CNIS conta ainda com a presença de alguns membros do Governo, inclusive para a Sessão de Abertura, agendada para as 9h30, do dia 30 de setembro.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO)



# Encontro Nacional

## IPSS Promotoras de Saúde

*Uma influência positiva nos determinantes da saúde*

**30 de setembro de 2016**

Auditório do Conservatório de Música 1 Rua Pedro Nunes 1 Coimbra

---

## PROGRAMA

<b>09h00</b>	<b>Receção e abertura do Secretariado</b>
<b>09h30</b>	<b>Sessão de Abertura</b>
<b>10h15</b>	<b>Coffee break</b>
<b>10h45</b>	<b>Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI)</b> <i>Moderadora: Dra. Palmira Macedo   CNIS</i> <b>Conferência: Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados</b> Professor Doutor Manuel José Lopes   Coordenador Nacional da Reforma da RNCCI <b>Apresentação de Boas Práticas</b> Dra. Joana Brazão Cachulo   Responsável pelo Setor da Saúde da Associação Fernão Mendes Pinto (Coimbra) <b>Projetos de Investigação de Saúde em Articulação com a CNIS</b> Professora Doutora Felismina Mendes <b>Debate</b>
<b>Intervalo para almoço (livre)</b>	
<b>14h30</b>	<b>Envelhecimento Ativo</b> <i>Moderadora: Dra. Filomena Bordalo   CNIS</i> <b>Conferência: Estratégia Para o Envelhecimento Ativo e Saudável</b> Dr. Francisco George   Diretor-Geral da Saúde <b>Envelhecimento Ativo</b> <b>Recomendações da Sociedade Portuguesa de Geriatria e Gerontologia - SPGG</b> Professor Doutor Manuel Carrageta   Presidente da Sociedade Portuguesa de Geriatria e Gerontologia <b>Apresentação de Boas Práticas</b> <b>IPSS Amigas do Envelhecimento Ativo – um contributo da CNIS</b> Dra. Suzete Abrunhosa   Santa Casa da Misericórdia de Bragança <b>Debate</b>
<b>15h30</b>	<b>Saúde Mental e Solidariedade</b> <i>Moderador: Dr. João Carlos Dias   CNIS</i> <b>Conferência: Saúde Mental e Solidariedade</b> Professor Doutor António Leuschner   Presidente do Conselho Nacional de Saúde Mental <b>A Importância do Voluntariado</b> Professor Eugénio José da Cruz Fonseca   Presidente da Cáritas Portuguesa <b>A Interação entre as Famílias, os Utilizadores e os Serviços da Comunidade</b> Professora Doutora Maria João Vargas Moniz   Presidente da Federação Nacional de Entidades de Reabilitação de Doentes Mentais - FNERDM <b>Apresentação de Boas Práticas: O Instituto Hospitalareiro e a Reabilitação Psicossocial</b> Dr. Vítor Manuel Viegas Cotovio   Diretor Clínico da Casa de Saúde do Telhal do Instituto S. João de Deus <b>Programa Nacional de Saúde Mental</b> Dr. Álvaro de Carvalho   Coordenador Nacional do Programa Nacional de Saúde Mental <b>Debate</b>
<b>17h15</b>	<b>Apresentação das Conclusões</b> Dra. Maria João Quintela   CNIS
<b>17h30</b>	<b>Sessão de Encerramento</b>

**PADRE JOSÉ MAIA**  
jose.maia@cic.pt

## Indicadores de confiança (?)

Decididamente, esta é uma frase que anda na moda, escrita e falada em tudo quanto é sitio, pagueada, dia noite, por todos os comentadores da nossa praça.

Afinal, de que confiança falamos?

O Primeiro-Ministro, ao apresentar os seus argumentos para poder formar Governo e conduzir o país na senda do crescimento económico como forma de contrariar a austeridade, com apoio dos partidos à sua esquerda, prometeu para 2016 um crescimento económico de 2,6%. Formou-se o Governo e começaram de imediato as medidas para atingir esta meta. Entretanto, passados poucos meses, acontece que, a correr bem, em vez dos 2,6%, o tal crescimento não passa dos 0,9%. Agora dizem-nos que está a crescer menos, mas ainda assim estes dados devem ser considerados como indicadores de confiança!

Com horizontes de confiança nestes termos e percentagens, considerando-os um sinal de confiança, estamos conversados!

É certo que há indicadores efetivos de retoma de outra confiança que começa a querer regressar ao país, após os duros anos de austeridade dos últimos anos, provocados pela necessidade de obrigar os portugueses a pagar os desmandos de sucessivos Governos que nos levaram à necessidade de recorrer à troika! E o anterior Governo, ao querer andar de pressa demais...exagerou na dose!

E esta confiança que dá provas de querer regressar às nossas vidas pessoais, familiares e até nacionais, qual sol após violentas tempestades, curiosamente, fica a dever-se às glórias desportivas da nossa seleção nacional de futebol, de hóquei patins e outras. O canto do hino nacional, acompanhado do içar da nossa bandeira, dentro e fora do país, são expressões reveladoras de que, para além de governos que nos desgovernam, há um povo que ainda é nobre e uma nação que será sempre imortal!

Goste-se ou não...o fenómeno de popularidade do Presidente Marcelo aí está para demonstrar que se podem desempenhar altas funções de Estado com afeto e respeito pelo povo, merecendo a sua confiança.

Mas, para isso, o mesmo povo a quem disseram que é ele que ordena, deve reclamar o direito de ser ele a poder eleger quem o respeita e a negar-se a colocar cruzinhas em boletins de voto onde os partidos colocam pessoas que ninguém conhece e a quem, na hora da verdade, nunca podem pedir contas do que fazem e não fazem!

Depois, temos ainda indicadores de abuso de confiança, como é o caso da “ditadura fiscal”, que anda a lançar impostos sobre tudo o que mexe (ou até não mexe, como é o caso do IMI), comportando-se como uma “espremedeira vinícola” que vai apertando os contribuintes até que eles entendam que vivem para assegurar a sobrevivência do Estado e todos os seus

desmandos (as “reversões” são bonitas, até poderão ser justas...mas são pagas à custa de quem)?

Por fim: indicadores de confiança, mesmo, são o retorno da natalidade, com alguma consistência e o turismo que, graças ao bom tempo e à hospitalidade dos portugueses, nos vai trazendo atividade económica a sério, daquela que nós precisamos. É que, sem atividade económica que não crie receitas, não se torna possível, como pretendem certos aprendizes de política e de sindicatos, garantir empregos com salários justos... a não ser que sejam eles a criar tais postos de trabalho, mas não à pala do Estado, que terão de ser sempre os nossos impostos a pagar! Porque é que os sindicatos não desenvolvem eles mesmos (e não à pala do Estado) atividades económicas, assumindo-se como patrões, e mostrando como as suas teses reivindicativas sobre os outros afinal são podem ser viáveis?



**ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA**  
ajsilva@sapo.pt

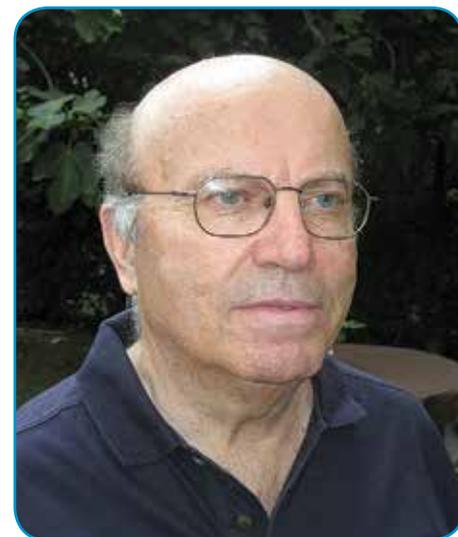
## Erdogan e os direitos humanos

A Turquia moderna nasceu em 1923, e o seu fundador foi Kamal Atarturk, um militar que liderou uma revolução de jovens oficiais das forças armadas que ansiavam pela transformação do seu país num estado moderno. Esta uma transformação já tinha tido início em 1911, mas parecia demasiado lenta a esse grupo de militares. Estes atribuíam o declínio do então chamado império otomano ao regime social e político que vigorava no seu país, desde os séculos XV e XVI. Era um regime que consagrava o chefe religioso, o sultão, como líder político de um enorme império que se estendeu do leste da Europa e do Médio Oriente ao norte de África. Vitoriosos, os militares destituíram o sultão, dando início a um novo capítulo da história do país com a instituição de um sistema repúblicano.

Tal como acontecera antes com outros impérios que a História regista, também o império otomano foi dando, com o decorrer do tempo, sinais de grande dificuldade em manter a sua unidade política e o seu poder económico e militar. A sua aproximação à Alemanha que, no princípio do século vinte, já tinha conseguido o estatuto de grande potência eurpeia,

foi favorecendo a transformação social e económica da Turquia, sobretudo na área da industrialização, mas teve a contrapartida de arrastar o país para a primeira guerra mundial que terminou de forma dramática para os vencidos. O mapa mundial foi drasticamente alterado e uma das alterações mais profundas aconteceu, precisamente, com o fim do império otomano. Morria um império e nascia um novo país que tinha pela frente grandes desafios.

Politicamente, o desafio mais difícil para o novo regime foi o de fazer funcionar normalmente um sistema pluripartidário. As tentativas de golpe de estado foram muitas, mas nenhuma delas teve como grande objectivo a restauração do sultanato. Apesar das tensões político-partidárias internas, a nova república turca foi alcançando sucessivos graus de desenvolvimento social e económico, sobretudo através de uma aproximação, lenta mas constante, ao mundo ocidental, e cuja maior expressão foi a sua tentativa, ainda não conseguida, de aderir à União Europeia. De qualquer modo, a Turquia é hoje uma verdadeira potência regional.



Tayip Erdogan, um verdadeiro muçulmano, embora moderado, venceu as várias consultas eleitorais a que concorreu desde que chegou ao poder, e com esses resultados foi cimentando cada vez mais o seu prestígio interno. O mesmo não se pode dizer, no entanto, da sua imagem externa, já que esta foi profundamente abalada pela sua reacção ao falhado golpe militar de há pouco mais de um mês, um golpe que lhe terá dado o pretexto ideal para levar a cabo uma verdadeira limpeza no âmbito das forças armadas, das forças de segurança e do sistema judicial. Só que esta limpeza foi tão rápida e tão extensa que até os seus amigos ocidentais acharam que ela era susceptível violar os direitos humanos o que também muita gente pensa que está acontecer na sua luta contra os curdos.

HENRIQUE RODRIGUES

*Presidente do  
Centro Social de Ermesinde*

# Sinais de fogo

1 - Por lei de 30 de Maio de 1834, da iniciativa de Joaquim António de Aguiar, Ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça de D. Pedro IV, então ainda nos Açores e Regente do Reino em representação da sua filha D. Maria da Glória, foi declarada a extinção de “*todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios, e quaisquer outras casas das ordens religiosas regulares*”, passando o património fundiário dessas entidades para a Fazenda Nacional.

Foi uma das várias leis de desamortização promulgadas ao longo da nossa história: primitivamente, na alta Idade Média, para reforço da Coroa, durante o processo de centralização do Poder Real, à custa dos bens da nobreza e do clero; posteriormente, após a Revolução Liberal, para consolidação e pagamento de favores à burguesia endinheirada que constituía a base social e clientela de apoio à nova ordem política, a quem tais bens foram vendidos em hasta pública, muitas vezes a preços simbólicos, em conjunto com alvará de barão ou de visconde.

É por tal razão que muitos conventos e mosteiros ainda hoje permanecem em mãos particulares, vindos por herança familiar ou por transmissões posteriores, num processo de fragmentação e dispersão da propriedade fundiária que marca o fim do mundo antigo, o mundo do Antigo Regime do poder absoluto do soberano e dos privilégios da nobreza e do clero.

Não foi apenas em Portugal que esse fenómeno ocorreu. Em Espanha, por exemplo, igualmente leis de desamortização e confisco dos bens do clero foram publicadas por altura e em consequência da instauração do liberalismo político, também no século XIX.

Todavia, não é só a mudança simbólica da transição das monarquias absolutas para as monarquias constitucionais que constitui fundamento para a desamortização dos bens do clero.

Essas medidas confiscatórias eram amiúde tomadas, mesmo em tempos mais recuados, por estritas razões fiscais.

Com efeito, as corporações ou instituições religiosas têm normalmente natureza ou, pelo menos, vocação perpétua, pelo que, diversamente do que sucede quanto às pessoas físicas, os bens que constituem o património fundiário dessas entidades, provenientes de legados pios ou de doações, quer de particulares, quer do monarca, não se transmitem de 20 em 20 ou de 30 em 30 anos, por via de sucessão hereditária.

Isto é, não pagavam imposto sucessório, nem de transmissões gratuitas ou onerosas, já que nunca mudavam de dono; ao contrário, o imposto era

pago, com esse ou outro nome, nas transmissões dos particulares, em processos de transmissão, por herança ou por outro modo de alienação.

Assim, transpostos os bens da Igreja para as mãos dos particulares, o Fisco, que, até então, não podia tributar a transmissão de tais bens, por transmissão não haver, passava a garantir que, de 20 em 20 anos, lá iria ratar e arrecadar mais uma porção do património.

Chamam-se tais bens, alheios, pela natureza, às contingências da vida, bens de mão morta; tendo o ministro Joaquim António de Aguiar – que ainda leva o nome em várias ruas e avenidas do País – ganhado, pelos seus feitos descritos, a alcunha do Mata-Frades.

(Fala-se também no regresso do imposto sucessório, extinto em seu tempo por António Guterres, que o considerava o mais estúpido dos impostos – e tinha razão!)

**2** – Uma réplica desse processo confiscatório ocorreu nos inícios da República, em 1911, por iniciativa de Afonso Costa, Ministro da Justiça e dos Cultos.

Trata-se da Lei de Separação do Estado das Igrejas, em que, para além de medidas relativas à garantia de liberdade de culto, não deixava de se estatuir, no artº 88º, que “Todas as catedrais, igrejas e capelas, bens imobiliários e mobiliários, que têm sido ou se destinavam a ser aplicados ao culto público da religião católica e à sustentação dos ministros dessa religião e doutros funcionários, empregados e serventuários dela, incluindo as respectivas benfeitorias e até os edifícios novos que substituíram os antigos, são declarados, salvo o caso de propriedade bem determinada de uma pessoa particular ou de uma corporação com personalidade jurídica, pertença e propriedade do Estado e dos corpos administrativos, e devem ser, como tais, arrolados e inventariados, mas sem necessidade de avaliação nem de imposição de selos (...)”

**3** – Toda esta antiga tradição de confisco, com particular destaque para a experiência da 1ª República, em que ao confisco acresceu um ambiente de franca hostilidade relativamente aos ministros do culto, conferiu uma especial conflitualidade às relações entre o Estado e a Igreja Católica durante esse período de 16 anos da nossa História Contemporânea, entre 1910 e 1926 – de tal forma que foi à sombra de um partido chamado Centro Católico, que o fez deputado, que Salazar, durante a 1ª República, ganhou treino na oposição ao liberalismo político e foi

configurando o Estado Novo que nos governou em ditadura até ao 25 de Abril de 1974.

As novas gerações, que são quem predominantemente ocupa pelos dias de hoje a direcção ou o poder de influência de muitas das actuais formações partidárias, não terão notícia disso, já que memória desse tempo não o têm certamente e a matéria não se estuda nas “Universidades de Verão” – mas, nos primeiros tempos após a libertação da ditadura, pela Revolução de Abril, uma das principais preocupações do debate público consistia na forma de evitar alguns dos erros que tinham conduzido à queda da 1ª República e à emergência da ditadura; e, antes de todos os demais, a chamada “questão religiosa”.

Deve-se fundamentalmente ao Dr. Mário Soares – que, como ele próprio sobre si referia, “não (foi) sido bafejado pelo dom da fé” – a desarticulação “ab ovo” dessa ameaça, assumindo como prioridade da sua agenda política e como factor de desenvolvimento em liberdade do nosso País o desanuiamento da relação entre o Estado e a Igreja.

Penso que estará porventura em tempo de o Dr. Mário Soares, do cimo da sagesa dos seus 90 anos, vir de novo a terreiro, lembrar a alguns rapazes mais novos que por aí circulam essas suas ideias antigas.

**4** – De perto e longe, da minha Galiza onde passo férias há 20 anos, fui acompanhando pelos jornais portugueses as vicissitudes do IMI e os maus tratos que, quer o Governo, quer o Fisco, lhe foram dando.

Dizem que a culpa é do calor do Verão, que terá queimado alguns dos fusíveis que regulam a sensatez.

Não vou agora tratar do imposto sobre o sol e sobre o mar, que foi aonde a imaginação fulgurante do Ministério nos pretendeu levar.

Mas a ameaça de tributação dos imóveis destinados a fins de solidariedade social, que também constava do pacote da “interpretação” fiscal sobre os bens das entidades religiosas, corresponde a uma insólita novidade no terreno da solidariedade – e a uma má novidade.

Bem sei que os Senhores Bispos e o Governo já deitaram água no lume que começava a lavar.

Li também que, num ano que, até Julho, batia recordes positivos na quantificação da área ardida, bastaram dois meses para levar ao avesso esses indicadores, com o País, literalmente, a arder.

É isso: às vezes, basta um sopro a mais, basta um descuido: e tudo arde.

E o “Que farei quando tudo arde?” – era o que perguntava Sá de Miranda, num verso que António Lobo Antunes levou a título de um romance.

CELIUM, COIMBRA

# Construção da ERPI deve arrancar ainda este ano

Construir um lar residencial para idosos é a grande ambição dos responsáveis pela Celium, instituição sediada em Ceira, concelho de Coimbra. Têm sido dados alguns passos no sentido de concretizar esse objetivo, houve um momento mesmo em que parecia que avançaria, mas a exigência financeira levou a uma ponderação e ao seu adiamento. Porém, a edificação do equipamento e a criação da nova resposta social poderá estar para breve.

“Estamos a preparar as coisas para que entre o final deste ano e os primeiros meses do próximo a obra esteja no terreno. Estamos a ver o que é preciso, porque o projeto está a ser reavaliado”, revela Horácio Santiago, presidente da instituição, sublinhando: “Fundamental, para nós, é que o próximo objetivo é construir o lar de idosos. Temos que trabalhar para ele, de uma forma ou de outra. Não avançou antes porque a instituição não estava preparada financeiramente para isso. Também não estará agora, mas tem condições para avançar, até porque tem know-how que nessa altura não tinha”.

O presidente da Celium considera que os ventos correm de feição à valência Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI) e é uma aposta de futuro: “O que sabemos é que os lares que abriram na altura em que estivemos para avançar encheram independentemente de terem acordo com a Segurança Social e isto vai continuar por mais 20 anos, pelo menos, porque os idosos a necessitar desta resposta são cada vez mais. Podemos fazer uma aposta porque sabemos que aquilo que se consegue em termos de economia em todas as valências da instituição dar para cobrir até um eventual empréstimo que seja necessário contrair. Apesar de, neste momento, não haver qualquer tipo de financiamento público, penso irá surgir”.

Curiosamente foi a recusa de financiamento público que levou a instituição a frear o seu primeiro ímpeto para construir a ERPI, até porque já estava a avançar com a creche.

“Houve receio que financeiramente pudesse levantar-nos alguns problemas, pois já estávamos com o investimento na creche. A instituição chegou a ter um financiamento aprovado pelo POPH, mas com a entrada de Passos Coelho para o Governo o projeto foi recusado”, sustenta Horácio Santiago, deixando uma crítica: “Fiquei com a sensação que, se calhar, foi-nos tirado a nós para dar a outros...”.

Mas além da nega governamental, outras questões entraram na equação e levaram àquela tomada de decisão.

“Dada a forma como as coisas eram apresentadas, ou seja, que não havia Acordos de Cooperação para o pós-construção e com o financiamento, inicialmente, de 60%, tudo ficou mais



difícil”, assevera o presidente, destacando uma situação: “Sobretudo o que se passou foi que tínhamos um projeto inicial para 1,2 milhões de euros, mas o arquiteto que o fez saiu, porque emigrou, e deixou-nos pendurados. O que tínhamos era um anteprojeto com que fizemos a candidatura e o que foi aprovado foi um apoio na perspectiva de um investimento de pouco mais de um milhão de euros. Na altura tínhamos acabado a creche e não havia muito capital. Quando mudámos de arquiteto o projeto foi todo refeito, porque segundo ele não estava em condições, e em vez de 30 passava para 50 camas. Quando questionei os custos, foime dito que teria um acréscimo de mais ou menos 200 mil euros. A perspectiva era muito boa e decidimos avançar, só que no final o orçamentado eram cerca de dois milhões de euros. E, nessa altura, a gente tremeu e decidi não avançar”.

O temor que a situação financeira da instituição ficasse debilitada, levou os seus dirigentes a travar o processo, sem nunca deixarem cair o



objetivo, que aliás é bem anterior ao da construção da creche, em funcionamento, desde 2010. Isto, apesar de já ter adquirido um terreno para implantar o lar e onde a Celium pretende construir o equipamento, apesar de umas nuvens pairarem sobre o mesmo.

“É que o famigerado projeto do Metro de superfície, além de passar relativamente perto do

terreno onde crescerá o lar, de repente vimos que a garagem e as oficinas também estão lá mesmo ao nosso lado. Isso já será mais perturbador do ambiente que pretendemos e também isso nos retrainiu. No entanto, talvez não seja preciso mudar de localização, porque, infelizmente, já não acreditamos no projeto do Metro”.

Todo este processo acabou adiado pelo surgimento da creche, que também era um objetivo, mas não prioritário. Até porque a principal vocação da instituição era, até aí, a área da terceira idade, com o Centro de Dia e o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD). Porém, a conjugação de uma série de circunstâncias fez a instituição avançar, como conta o seu presidente.

“A creche surgiu naquela altura e tínhamos que aproveitar, só que surgiu tudo ao mesmo tempo e o lar teve que ser adiado”, começa por dizer, recordando: “A Câmara Municipal de Coimbra já tinha pensado em transferir o jardim-de-infância da freguesia para esta zona onde temos o Centro Social Integrar e que funcionava em instalações que eram temporárias há muitos anos. Quando a Câmara avançou com essa intenção, nós contactámos a autarquia e outras pessoas e entidades no sentido de integrar, no mesmo espaço, o jardim-de-infância e a creche da instituição. E isso foi conseguido satisfatoriamente”.

Quando a creche surgiu em 2010, a Celium já dava resposta à infância através de um Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL), que «herdou» da Cáritas Diocesana de Coimbra nos primeiros anos do novo Milénio.

“A entrada da Celium na área da infância dá-se primeiro com o CATL, que já existia pela mão da Cáritas”, conta Horácio Santiago.

Atualmente frequentam o CATL da Celium 35 crianças, enquanto a creche acolhe 30 bebés, sendo que a instituição na área da infância ainda faz o transporte escolar na freguesia, em parceria com a autarquia de Coimbra.

Quando muito se fala da falta de bebés, o líder da instituição revela que é algo que não tem afetado a Celium: “Por estranho que pareça nunca sentimos a diminuição de crianças, a não ser este ano, mas não digo que seja por falta de bebés. O que aconteceu este ano foi que, por qualquer motivo, as crianças para o berçário, as mais pequeninas, estão a começar a aparecer só agora em Setembro. Ou seja, os do berçário estão a surgir mais tarde para preencher as oito vagas que temos. É aqui que a situação está mais complicada. Depois, nos mais velhos temos uma diferença de uma ou duas vagas, porque estive a reservar o lugar para os meninos que ainda não tinham três anos, mas que fazem até dezembro, e que já eram nossos clientes, digamos assim, porque a perspetiva era que não teriam vaga no pré-escolar, como tem acontecido em outros anos. Mas isto é pontual e não estou muito preocupado”.

A confiança de Horácio Santiago ancora-se no facto de Ceira estar num ponto de passagem para quem trabalha em Coimbra e no conhecimento que as pessoas de freguesias e concelhos vizinhos têm da instituição: “A freguesia de Ceira está aqui num ponto de encontro e, apesar de a maioria das crianças serem da freguesia, há muitas de localidades aqui em volta, sobretudo de Miranda do Corvo. Por exemplo, Torres de Mondego, Castelo Viegas e até Almalaguês têm creches, mas têm lugares que ficam mais



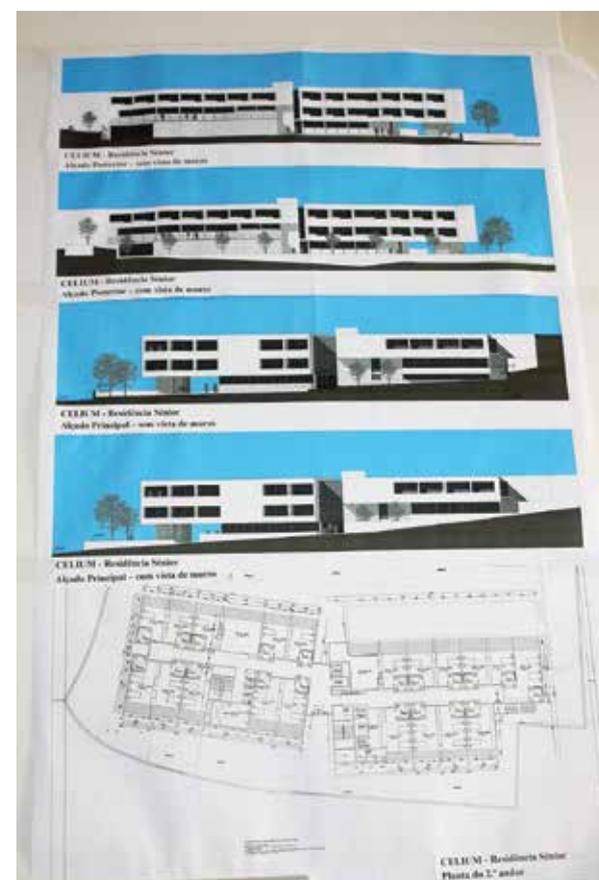
próximo da nossa do que das creches dessas freguesias”.

Com as valências atuais a navegarem em velocidade cruzado, as contas da instituição apresentam-se saudáveis, apesar dos compromissos financeiros que foi necessário assumir para a construção da creche.

“Recorremos à banca mas não foi porque tivéssemos necessidade”, adverte o presidente da Celium, justificando: “Nessa altura estávamos já a preparar o projeto do lar de idosos e a ideia foi que poderíamos ter que avançar para a sua construção. E como ainda estávamos numa fase pós-construção da creche, financeiramente poderíamos ficar um pouco desamparados. Na altura, não por necessidade, pedimos 50 mil euros, que já estão pagos, e como o lar não avançou tão depressa quanto pensávamos, esse dinheiro nem seria necessário”.

Neste cenário, Horácio Santiago mostra-se satisfeito com a situação financeira da instituição: “Está boa e recomenda-se, porque a gestão é criteriosa e feita com muito apoio e sacrifício de todos, trabalhadores e diretores. A instituição não tem dificuldades de gestão para a sua atividade corrente, agora, se pensarmos que queremos fazer um lar, que precisamos de dois milhões de euros e que a instituição terá cerca de 25% e faltam os restantes 75%, as coisas já são diferentes”.

No entanto, isto não trava o sonho dos dirigentes da Celium, que querem continuar a fazer crescer a instituição que nasceu em 1995, pela mão de um grupo de pessoas ligado à Junta de Freguesia de Ceira. Demorou cinco anos a entrar



em funcionamento, com o SAD e o Centro de Dia, que hoje apoiam, respetivamente, 36 e 25 utentes, quando foi construído o Centro Social Integrar, tendo vindo a crescer à medida das necessidades da freguesia e não só.

Daí ter sido criado um Fórum Sócio Ocupacional, atualmente com oito utentes, e a instituição assegurar ainda as Atividades Extra Curriculares nas duas escolas da freguesia.

Por isso, como seria Ceira sem a Celium? A resposta sai pronta e espirituosa: “Como diria um amigo meu, a respeito de outra instituição, nunca seríamos os mesmos se não contássemos com a Celium. E isto porque a instituição desenvolve um papel na freguesia que não se vê que possa vir a ser desenvolvido por outra instituição e que é absolutamente fundamental e necessário”.

A fechar, dizer que Celium era o nome da localidade no tempo do Império Romano.



INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL

## Mais de 620 trabalhadores acedem a carreiras superiores

Mais de 620 trabalhadores do Instituto da Segurança Social (ISS) já podem aceder a carreiras superiores, de acordo com as suas atuais habilitações, graças à mobilidade intercarreiras, apesar do congelamento que vigora na função pública.

O procedimento de mobilidade entre carreiras foi aprovado em junho pelo ISS e pelo Ministério do Trabalho e Segurança Social e vai permitir que 450 trabalhadores, que eram assistentes técnicos nos centros distritais de Segurança Social, passem para a carreira de técnico superior, porque entretanto se licenciaram.

Os restantes trabalhadores que vão beneficiar da mobilidade entre carreiras eram assistentes operacionais e passam, desde este Setembro, para assistentes técnicos, porque completaram o 12<sup>o</sup> ano de escolaridade.

“Consideramos muito positivo este processo e reconhecemos a vontade do Ministério do Trabalho em valorizar os trabalhadores que quiseram valorizar-se”, disse o secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores da administração Pública, José Abraão.

O sindicalista defendeu que os restantes trabalhadores do ISS devem também ser “alvo de reconhecimento e valorização profissional, nomeadamente através do descongelamento das progressões nas carreiras”.

“Esperamos também que os restantes ministérios tenham iniciativas idênticas”, disse José Abraão.

## DESEMPREGO

### Taxa inalterada nos 11,1 por cento

A taxa de desemprego situou-se em julho nos 11,1%, idêntica à de junho, segundo a estimativa provisória do INE, que reviu em baixa os valores de junho para 11,1%, face à estimativa inicial de 11,2%.

A estimativa provisória da população desempregada em julho foi de 567,3 mil pessoas (mais 0,3% face ao valor definitivo de junho) e a da população empregada correspondeu a 4.558,0 mil pessoas (um aumento de 0,2%).

Assistiu-se a um acréscimo mensal na população desempregada de mulheres (1,5%; 4,1 mil pessoas) e de adultos (0,4%; 2,0 mil pessoas).

A taxa de desemprego das mulheres (11,3%) foi superior à dos homens (10,8%), enquanto a dos jovens se situou em 26,3%, uma diminuição de 0,3 pontos percentuais em relação ao valor definitivo do mês anterior.

A estimativa definitiva da população desempregada de junho situou-se em 565,5 mil pessoas, o que significa uma redução de 1,3% em relação ao mês anterior (menos 7,3 mil pessoas), enquanto a população empregada se situou nas 4.548,4 mil pessoas, o que representa um aumento de 0,5% face ao mês anterior (mais 20,8 mil pessoas).

A população empregada aumentou em todos os grupos analisados: mulheres (0,3%; 7,7 mil pessoas), adultos com idade entre 25 e 74 anos (0,1%; 6,4 mil pessoas), jovens entre os 15 e 24 anos (1,2%; 3,3 mil) e homens (0,1%; 1,9 mil).



**TSR**

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

40 aplicações

- CONTABILIDADE ESNL
- UTENTES IPSS
- UTENTES CT | AT |
- IMOBILIZADO ESNL
- PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA [ ACSS ]
- ORDENADOS
- UNIDADES DE SAÚDE
- PROCESSOS CLÍNICOS
- STOCKS

100% CLIENTES  
SATISFEITOS

- SISTEMA INTEGRADO DE TESOURARIA  
[ Utentes, Bancos, Associados, Rendas, Caixas e Pagamentos a Fornecedores ]
- QUALIDADE - Processos Chave  
Terceira Idade, Infância e Juventude
- VIATURAS
- ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS
- PROCESSOS CLÍNICOS RESIDENTES
- ... entre outras

DEMONSTRAÇÕES  
Sem compromisso

GRÁTIS

software ipss

economia  
social

SOLIDÁRIOS CONSIGO  
HÁ MAIS DE 20 ANOS

deixe a informática connosco,  
as pessoas precisam de si

junto das

INSTITUIÇÕES PARTICULARES  
DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

SANTAS CASAS DA MISERICÓRDIA

ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS



ASSISTÊNCIA REMOTA  
Novo conceito via internet



ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA  
Gratuita



INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO  
Nas vossas instalações

www.tsr.pt - tsr@tsr.pt  
t.lm. [+351] 939 729 729  
tlf. [+351] 253 408 326 (3L/BA)  
fax [+351] 253 408 328

Rua dos Cutileiros, 2684 1º -  
Sala 11 - Apartado 1071 EC  
Lameiras - 4836-908  
Guimarães

## ONDA SOLIDÁRIA

# Prova de surf angaria verba para instituição de Ílhavo

Em quatro dias de competição, a «Onda Solidária» angariou 444 euros já doados ao Lar do Divino Salvador, IPSS de Ílhavo que acolhe mães solteiras e seus rebentos.

A «Onda Solidária» foi uma campanha promovida pelo evento Miss Sumol Cup, a mais importante prova europeia de bodyboard e a única de surf em Portugal exclusivamente femininas, em parceria com o ActivoBank.

O compromisso solidário assumido pela organização da Miss Sumol Cup, a Associação de Surf de Aveiro (ASA), era o de doar 1€ por cada onda surfada durante a competição. No final dos quatro dias de provas, que incluiu competições de qualificação e do Nacional de Surf e ainda do Nacional e do Europeu de Bodyboard, a ASA registou 444 ondas surfadas, ou seja, 444 euros para o Lar do Divino Salvador, uma resposta social para jovens mães solteiras e seus filhos do Património dos Pobres, IPSS do concelho de Ílhavo.

“Todo o tipo de iniciativas deste género são louváveis e extremamente importantes para as instituições sociais”, começou por dizer Dina Ferreira, técnica no Lar do Divino Salvador,

acrescentando: “E são muito importantes porque permitem inserir as utentes nas actividades da comunidade e elas sentem-se integradas. Por outro lado, todo o apoio financeiro a estas instituições é muito importante”.

Para Dina Ferreira, o dia que passaram na praia e a experiência de fazer uma aula de surf “foi muito positivo para as utentes”.

Foi sem dúvida um dia diferente o que a Miss Sumol Cup proporcionou a estas jovens mães, durante o qual, sem descurem a maternidade, até porque os filhos as acompanharam, puderam esquecer por momentos as dificuldades da vida que as obriga a viver institucionalizadas.

“Elas adoraram o dia e foi uma experiência inesquecível. Por certo, vai ficar-lhes na memória para sempre”, revelou a técnica da instituição de Ílhavo.

Destino para os 444 euros ainda não há. Para já vai “ser debatido” internamente, mas Dina Ferreira considera que “será uma verba que a instituição irá, sobretudo, utilizar para adquirir alguns equipamentos, como por exemplo, intercomunicadores, que são muito caros e a instituição não tem. É um equipamento muito



útil para manter a comunicação entre as mães e os bebés quando estão nos quartos a dormir”.

Do lado do ActivoBank, a satisfação também foi grande por poder colaborar com o Lar do Divino Salvador.

“Para o ActivoBank é um orgulho poder colaborar com uma iniciativa solidária e ser parceiro de um evento de sucesso como é a Miss Sumol Cup”, sustentou Elsa Borda d’Água, representante do ActivoBank.

MIRANDA DO CORVO

## Inauguração do Templo Ecuménico Universalista

A Fundação ADFP iniciou a construção do primeiro Templo Ecuménico Universalista no Mundo, em 2015. A inauguração oficial escolheu o dia 11 de Setembro, data simbólica, de homenagem, não só às vítimas dos ataques de 2001 em Nova Iorque, mas, a todas as vítimas de fundamentalismos e fanatismos no Mundo, ao longo de milénios. À semelhança do evento de colocação da primeira pedra, precisamente em 11/09/2015, a presença de crianças representando as várias culturas e religiões, é imprescindível, porque representam os valores da igualdade, liberdade e fraternidade necessárias à construção da paz e de um futuro mais próspero.

O primeiro Templo Ecuménico e Universalista situa-se no topo da montanha do Parque Biológico da Serra da Lousã em Miranda do Corvo, sítio geodésico inativo, na interseção de uma rede de triangulação com outros vértices geodésicos. Em plena área florestal o Templo tem vistas para os concelhos circundantes de Lousã, Vila Nova de Poiares, Penela e Coimbra.

O Presidente da ADFP, Jaime Ramos, refere em comunicado que “este Templo é um monumento destinado à espiritualidade individual e colectiva, promotor de tolerância e respeito pela diferença. No Templo vão estar representadas 15 religiões e/ou perspectivas da visão do fenómeno religioso no Mundo. Na sua arquitetura existem referências simbólicas ao fenómeno religioso ao longo dos séculos, desde os ateus, positivismo científico e neto-paganismo às três religiões do Livro. O Templo é uma referência de intervenção, um exemplo a seguir pelas pessoas, entidades e nações, e que terá repercussão sem fronteiras físicas ou ideológicas. Será também um contributo para o desenvolvimento sustentável, que colocará a região de Coimbra no mapa da promoção dos valores humanos e civilizacionais promovendo o diálogo entre religiões e culturas, como forma de cultivar a Paz.”

PRÉ-ESCOLAR

## Federação Nacional de Professores preocupada

O alargamento do pré-escolar, a partir de 2016-2017 para crianças a partir dos quatro anos obrigou a abrir mais 175 salas este ano, adiantou a Fenprof. “Sobre educação pré-escolar, ficou a saber-se que, este ano, foram abertas mais 175 salas que são parte da resposta à universalização da frequência por parte dos meninos de quatro anos, número que deverá aumentar no próximo ano, tendo em conta que esta resposta se estenderá aos três anos; todavia, para problemas como o da falta de auxiliares (reconhecido) ou o calendário escolar parece que se está ainda longe de se obterem respostas”, refere a Federação Nacional dos Professores (Fenprof), em comunicado.

A Fenprof reuniu-se com o secretário de Estado da Educação, João Costa, e com a secretária de Estado Adjunta e da Educação, Alexandra Leitão, em momentos separados, para discutir questões como calendário escolar, educação pré-escolar, 1.º ciclo do ensino básico, ensino artístico especializado e colocação de professores.

Em temas como o calendário escolar do pré-escolar, a definição da componente letiva dos professores do 1.º ciclo ou as regras para aceder ao subsídio de educação especial – agora mais apertadas e a necessitar de atestado médico – a federação sindical não obteve as respostas pretendidas, afirmando ter saído das reuniões “tão preocupada como entrou”.

No comunicado, a Fenprof apelou à mobilização dos professores, “para que exijam soluções e lutem por elas”.

“Só uma forte participação e mobilização garantirá a indispensável resolução dos problemas da educação, das escolas e dos seus profissionais”, lê-se no comunicado.

Sobre o 1.º ciclo a Fenprof diz não ter obtido respostas às suas preocupações e reivindicações. Já sobre educação especial, o Ministério da Educação “informou serem muitas as turmas que terão alunos com, pelo menos, 60% de permanência durante a atividade letiva, mas não ficou a saber-se quais os apoios acrescidos (além da redução da turma para 20 alunos) com que as escolas contarão no sentido de garantirem o pleno êxito da medida”.

JOSÉ FIGUEIREDO  
ECONOMISTA



# Uma Proposta Interessante (e Discutível!) para Bancos Mais Seguros

Em finais de 2008 o mundo descobriu atónito que os sistemas financeiros globais eram mais frágeis que vidro quebradiço.

Os bancos de investimento americanos ou faliram (Lehman Brothers) ou foram incorporados em instituições maiores.

Na Europa, sistemas financeiros nacionais (caso de Espanha) foram resgatados e, mesmo nos casos em que isso não aconteceu, intervenções maciças do estado foram necessárias para resgatar instituições específicas ou áreas específicas de negócio financeiro.

Em Portugal teremos seguido, porventura, o pior dos caminhos, ou seja, operações de resgate sucessivas (BPN, BPP, BES, BANIF) em vez de uma abordagem sistemática que reestruturasse, por uma vez, o sistema como um todo.

Por vezes, períodos prolongados de tranquilidade nos sistemas financeiros criam a ilusão de que estes são intrinsecamente seguros, nomeadamente que não temos de nos preocupar com a segurança dos depósitos.

Na base da intrínseca instabilidade dos sistemas bancários está o facto de estes criarem a maior parte do dinheiro que circula na economia. Tipicamente o sistema bancário cria 97% do dinheiro que circula numa economia moderna sendo apenas 3% dinheiro criado pelo estado.

Os bancos criam dinheiro (depósitos) concedendo crédito e não criam, como por vezes se pensa, crédito a partir dos depósitos. Ao contrário do que diz a sabedoria convencional os bancos não são meros intermediários entre quem poupa e quem investe ou quem consome a crédito – os bancos criam, fabricam, a partir do puro ar, a maior parte do dinheiro que circula.

Isso é possível porque os bancos estão sujeitos a um regime de reserva fracionária, isto é, não são obrigados a ter dinheiro equivalente às responsabilidades que têm perante os depositantes. Apenas uma pequena parte (quando não é mesmo nada) dos depósitos é detida em dinheiro pelo banco.

O sistema funciona bem porque, em condições normais, não aparecem todos os clientes, no mesmo dia, ao mesmo tempo, para levantar o dinheiro. Apenas uma ínfima parte o faz e, em princípio, ao mesmo tempo que alguns levantam outros haverão de estar a depositar pelo que o equilíbrio se mantém. Pequenas flutuações, que sempre existem, resolvem-se nos mercados interbancários, ou seja, os bancos emprestam uns aos outros os excessos/faltas de liquidez e a coisa vai girando. Sem sobressaltos.

Descobrimos à nossa custa que não é assim,

que pode não ser assim.

Na sequência da falência do Lehman Brothers, e da crise financeira global que se seguiu, ficou claro que era necessário repensar a estrutura dos sistemas financeiros. Basicamente havia duas opções: moderada - aceitar que os sistemas bancários de reserva fracionária (como existem atualmente) são os mais adequados - a questão é como fazê-los mais seguros - ou radical - arrancar por uma vez a raiz de todos os males, isto é, acabar com os bancos de reserva fracionária.

Não se pense que estas ideias surgiram agora, depois da crise financeira de 2008. Pelo contrário é um debate eterno que, naturalmente, aquece a seguir às crises financeiras e bancárias. A afirmação erudita de que os seres humanos são míopes ao desastre tem o equivalente popular no adágio que diz que só nos lembramos de Santa Bárbara quando troveja.

Nos anos 30, durante a Grande Depressão, apareceu o famoso Plano de Chicago, assim conhecido porque justamente nasceu nos meios intelectuais ligados à Universidade de Chicago, que recolheu o apoio de alguns dos melhores economistas do tempo, nomeadamente de Irving Fisher. Uma das componentes do plano de Chicago, um ambicioso programa de reforma monetária, era, justamente, obrigar a uma reserva de 100% dos depósitos.

Mas nada como uma boa crise para ressuscitar ideias radicais. Em 2012 o FMI publicava um trabalho académico sobre o plano de Chicago. Muitos economistas de créditos firmados como Martin Wolf, o economista chefe do Financial Times, John Cochrane, da escola de Chicago, ou Paul Krugman, apoiam o modelo de 100% de reserva ou consideram a ideia digna de análise.

Depois da crise os políticos decidiram, sem consultar ninguém, que a opção moderada, isto é, manter os bancos de reserva fracionária mas fazê-los mais seguros, era o caminho a seguir.

Claro que podemos discutir se temas tão complexos como este devem ser “decididos pelo povo”. Conta-se que Bismark dizia que o povo devia desconhecer duas coisas: como se fazem as leis e como se fazem as salsichas. Talvez!

Mas também acontece que aquilo que os políticos não levam à opinião pública, por vezes, a opinião pública leva aos políticos.

Há atualmente 18 países onde estão constituídos movimentos de opinião pública que pretendem debater o tema da reforma dos bancos. Os mais ativos são o Positive Money no Reino Unido, o Monetative na Alemanha e o Vollged Initiative na Suíça. Também existe um movimento em Portugal

chamado Boa Moeda.

Esta coisa de ter depósitos 100% seguros e dispensar a cobertura do estado seria ótimo. Contudo, a mais elementar dose de saudável ceticismo, de quem não acredita em almoços grátis, convoca de imediato um conjunto de perguntas óbvias. Qual o custo da segurança? Como funciona um banco que guarda 100% dos depósitos em dinheiro? Como pode um banco que tem 100% dos depósitos guardados em dinheiro emprestar à economia? Quem vai financiar as famílias e as empresas?

Na verdade não há nenhum problema de financiamento mesmo no mais radical dos modelos.

Em primeiro lugar apenas os depósitos à ordem são guardados em dinheiro. Os bancos podem emitir “depósitos a prazo” com os quais podem suportar financiamento a famílias e empresas. Para além disso os bancos podem aumentar o seu capital ou pedir emprestado no mercado para suportar os financiamentos à economia.

Claro que isto deixa um problema em aberto: em princípio a oferta monetária tem de aumentar. Mesmo que o nível de atividade não cresça muito a simples inflação exige, coeteris paribus, que a massa monetária deva aumentar. Ou seja, alguém tem de criar o dinheiro que agora os bancos não podem criar.

O que muda nesta matéria é que a criação de dinheiro passa a ser monopólio do estado que deste modo passa a controlar diretamente a massa monetária em vez de o fazer, como atualmente, de forma indireta através da política monetária. Hoje, quando as autoridades entendem que o sistema bancário está a criar demasiada moeda (pândega de crédito) sobem a taxa de juro de modo a reduzir a procura. No futuro passarão a fixar diretamente a quantidade de moeda regulando discricionariamente a respetiva quantidade.

E como chega o dinheiro assim criado à economia real?

O estado pode financiar com criação de moeda, por exemplo, a construção de infraestruturas (hospitais, escolas, etc.), despesas sociais ou até pagar parte da dívida pública.

Pode ainda o banco central criar dinheiro que cede aos bancos na condição de estes o emprestarem à economia real.

Até agora é só virtudes, tudo parece bom, um almoço à borla. Mas como sabemos tal coisa não existe. Obviamente um modelo de 100% de reserva também tem aspetos negativos.

Mas por hoje já esgotei o meu espaço e com certeza ainda mais depressa a vossa paciência. Fica para outro dia.

# 40 anos a servir as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de soluções para a área Alimentar das Instituições de cariz Social.

Além da mais completa seleção de produtos alimentares (mercearia, bebidas, lacticínios, frutas e legumes, carne e peixe), também fornecemos produtos não alimentares (descartáveis, papéis, soluções de higienização e de lavagem de têxteis). Adicionalmente realizamos projectos e montagens de cozinhas, bem como fornecimento dos respectivos equipamentos.

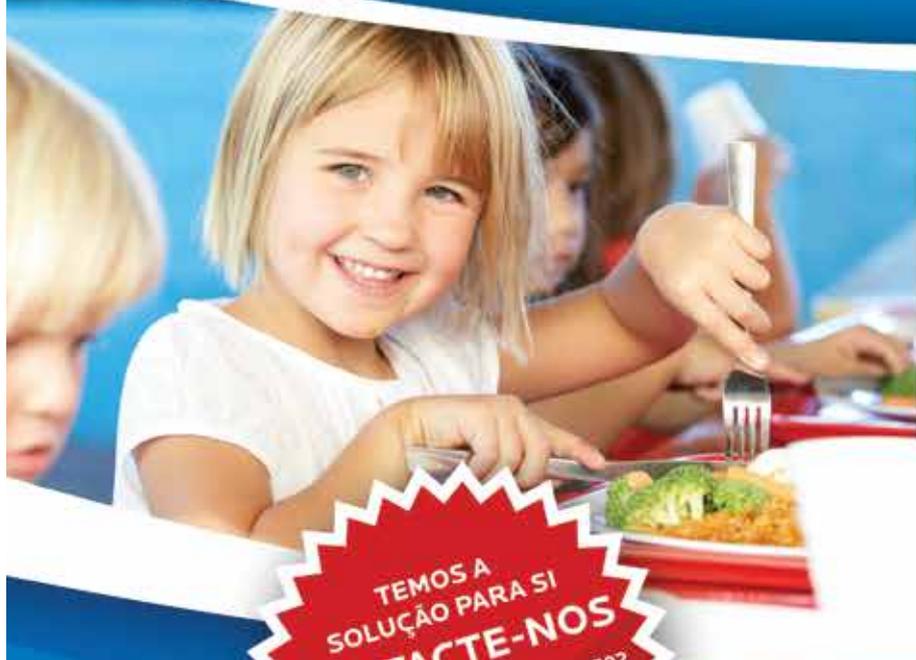
Caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- Ementas validadas por nutricionistas
- Captações adequadas
- Soluções económicas
- Sugestão de encomenda com base na ementa
- Estime e controle os seus custos

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de receção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos.

A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

**A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.**



TEMOS A  
SOLUÇÃO PARA SI  
**CONTACTE-NOS**

NORTE: 220 406 990 / 910 286 502  
SUL: 210 420 000 / 916 206 224

[www.sogemave.pt](http://www.sogemave.pt)





**A imensidão de ser.**

**FICHA TÉCNICA**

**Propriedade:** CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** [jornal.solidariedade@gmail.com](mailto:jornal.solidariedade@gmail.com) | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto:** Padre José Baptista | **Editor:** Pedro Vasco Oliveira | **Redacção:** Milene Câmara, Rodrigo Ferreira, V.M. Pinto - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares | **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

## VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

# Homens também são vítimas

O número de homens vítimas de violência doméstica aumentou quase 15% entre 2013 e 2015, com mais de 1.200 casos, segundo dados da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, que lançou uma campanha contra a vergonha em denunciar.

Os números da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) são claros e mostram que tem havido uma tendência crescente no número de casos de homens vítimas de violência doméstica que pedem ajuda.

Daniel Cotrim, assessor técnico da direção, explicou que a APAV decidiu avançar com esta campanha especialmente direcionada para os homens porque este fenómeno também faz parte da realidade que compõe a violência doméstica.

“Sabemos que estatisticamente as mulheres ainda são mais vítimas deste crime do que os homens, mas aquilo que temos vindo a reparar nos nossos números é que entre 2013 e 2015 houve um aumento de quase 15% de denúncias de homens adultos vítimas de violência doméstica junto dos nossos gabinetes de apoio à vítima”, adiantou.

Os dados estatísticos da APAV mostram que, em 2013, 395 homens recorreram aos serviços da associação, número que caiu ligeiramente para 393 em 2014 e que chegou aos 452 em 2015. No

total, 1.240 homens pediram ajuda por terem sido vítimas de violência doméstica.

De acordo com a APAV, são sobretudo os homens mais velhos, com mais de 65 anos, as vítimas, representando 27,6% do total.

Por outro lado, em 56% dos casos denunciados, vítima e agressor têm uma relação conjugal.

De acordo com Daniel Cotrim, os casos de violência doméstica nos homens têm características específicas, que os distinguem da violência doméstica nas mulheres, já que são situações em que impera a violência psicológica.

As estatísticas da associação mostram que em 38,2% dos casos denunciados houve maus tratos psíquicos e em 25% maus tratos físicos, totalizando mais de 60% dos crimes denunciados.

Relativamente às características do autor das agressões, os dados da APAV mostram que em 60,8% dos casos são mulheres, com idades compreendidas entre os 35 e os 54 anos (32,2%).

Daniel Cotrim explicou que o mote da campanha é falar daquilo que muitas vezes impede os homens de apresentarem queixa quando são vítimas de violência doméstica: a vergonha.

“Sobretudo trabalhar esta questão e sensibilizar para as questões do medo e da vergonha, que

surtem como principal barreira ao primeiro pedido de ajuda. O silêncio é uma grande arma que está do lado da agressora, na grande maioria das situações”, apontou.

O assessor técnico da APA frisou que a lei portuguesa não tem género e não discrimina quem quer denunciar situações de violência doméstica, apoiando tanto homens como mulheres.

Daniel Cotrim admitiu que os número de casos de homens que denunciam é ainda baixo, mas lembrou que o mesmo aconteceu com a violência doméstica no feminino, defendendo que é “preciso fazer alguma coisa abertamente”, dar apoio e mostrar que as associações já estão preparadas para prestar apoio aos homens vítimas de violência doméstica.

“É preciso que os homens se libertem deste peso do medo e da vergonha de pedirem ajuda, de terem medo de serem humilhados, de que não acreditem neles junto das autoridades ou das instituições. Felizmente muito se avançou e muito se aprendeu relativamente a estas questões”, defendeu.

A campanha vai estar disponível no site da APAV e na página de Facebook da associação, havendo também um vídeo que pode ser partilhado a partir do youtube.



Soluções para a  
**Economia Social**



**Mediação de seguros**  
Soluções personalizadas



**Organização Administrativa**  
Consultoria e Gestão



**Soluções tecnológicas**  
Software administrativo e financeiro

**Estamos onde você está.**  
Atuamos nas instalações do cliente  
t. 265 537 590 | e. geral@odulisser.pt  
www.odulisser.pt




Óptima limpeza e higiene perfeita  
Para lavandarias profissionais IPSS



Agente especializado:

**milplus**  
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES  
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA

Rua Fernando Namora, 135  
4425-651 Pedrouços · Maia  
934 091 417 · info@milplus.pt  
www.milplus.pt

